

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Sessão Ordinária realizada no dia 5 de abril de 2019

### ATA N.º 3/2019

- Aos cinco dias do mês de abril de dois e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária, no edifício sede desta Junta de Freguesia em Vilar do Paraíso, sito na Rua do Jardim, número setecentos e quarenta e quatro, e presidida por Tiago Filipe da Costa Braga. Constituíram a mesa a 1ª Secretária, Carla da Silva Machado e como 2ª Secretária Maria Rosalina Freitas de Oliveira Santos.

- Feita a chamada, após efetuadas as substituições pedidas abaixo discriminada, registou-se a **presença dos membros** Tiago Filipe da Costa Braga, Carla da Silva Machado, Ricardo Miguel Eusébio de Campos, Miguel Marques de Lemos Rodrigues, Maria Rosalina Freitas de Oliveira Santos, Barbara dos Santos Martins, José Manuel da Silva Ferreira, Luciana da Costa Reis, João Daniel Marques Pereira Cardoso, Hélder Serafim da Silva Ribeiro, Nuno Filipe Oliveira Cardoso, Bruno Alexandre Tavares Castro Pimentel do PS; Rui Miguel Ferreira Trindade, António José da Silva Pereira, Francisco Diogo Cabral Nascimento, Ondina Maria Azevedo Almeida Luz Duarte e João Telmo Marques Espinheiro, PSD; Paula Maria Militão de Lemos Valentim e Tiago André Pinheiro Serafim dos Santos do BE; Elsa Ludmila Dias da Silva, da CDU e José Ricardo Dias Lopes do CDS/PP.

- **Do Executivo estiveram presentes:** Presidente, João Paulo Moreira Correia, Alexandra Mónica Soares Amaro, José Carlos de Almeida Morais Soares, Jorge Miguel Alves Ferreira Pacheco, Domingos José da Silva Coelho, Daniela Pereira Vieira e Hélder Filipe Garcia de Abreu da Costa.

- **Foram pedidas as substituições,** pelos respetivos líderes parlamentares, Arnaldo da Rocha Ferreira (PS), por Ricardo Miguel Eusébio de Campos (PS), André Filipe Nogueira Rodrigues (PS), por José Manuel da Silva Ferreira (PS), Maria Helena Fortunato Figueiredo (PS), por João Daniel Pereira Marques Cardoso (PS), Diogo Filipe Prada da Silva (PS), por Nuno Filipe Oliveira Cardoso (PS), Isabel Leite Ferreira (PS), por Bruno Alexandre Tavares Castro Pimentel (PS); Gustavo Leite Gama (PSD), por Rui Miguel Ferreira Trindade (PSD), Ana Andreia dos Santos Ferreira Castelo (PSD), por Francisco Diogo Cabral Nascimento (PSD).

### 1. Período de Intervenção Aberto ao Público

- **Senhor Alberto Pinto Nicolau:** Dirigiu-se ao Sr. Presidente da Junta fazendo três questões. A primeira sobre a colocação de alcatrão na VL12 e na Rua dos Lagos, na medida em que a segunda Rua ainda não ter sido intervencionada. A segunda, na sequência de contacto prévio com o Sr. Presidente da Junta, sobre os transportes e mais concretamente sobre a suspensão da carreira noturna que cobria o eixo entre coimbrões, Madalena e Valadares, o que muito lhe custa pelo tanto que lutou por esse serviço. A terceira, na sequência das solicitações efetuadas já com o anterior executivo, tendo mesmo enviado uma carta ao Sr. Presidente da Câmara, sobre a Rua da Telheira.

- **Senhor André Pereira:** Utilizou a sua intervenção para deixar informação empresarial da sua empresa tendo concluído fazendo uma sugestão, em nome do Partido Popular, à Assembleia e ao Executivo, para iniciar o procedimento da avaliação histórica e arqueológica do empedrado que faz a ligação da Rua do Jardim à Rua do Outeiro e que é denominada Travessa do Outeiro.

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** Começou por responder ao Sr. Alberto Nicolau dizendo que as suas intervenções não abordam qualquer tema novo, tendo mesmo referido já as ter discutido e explicado pessoalmente com o próprio. Ainda assim fez questão de referir ter muito gosto em voltar a responder ao Sr. Alberto Nicolau. Sobre os transportes voltou a lembrar ao Sr. Alberto Nicolau que a Junta de Freguesia não tem competências nessa matéria. Ainda assim referiu que por via da sua insistência, ter sido possível nos últimos cinco anos e meio, criar duas carreiras em Vilar do



Paraíso, uma que liga a Rotunda de Santo Ovídio à zona da Junqueira e outra que foi a reposição da linha de Cadavão que já tinha sido eliminada há uns anos. Disse que a fragilidade da rede de transportes em Vilar do Paraíso não ser, portanto do tempo em que é Presidente de Junta, nem do tempo do mandato do atual Presidente de Câmara, uma vez que as carreiras que foram eliminadas, foram eliminadas até dois mil e treze. Disse ainda ter já ter informado ao Sr. Alberto Nicolau que a Autoridade de Mobilidade e Transportes está a desenvolver um estudo para alteração da rede de transportes nos diversos territórios, tendo sido pedido há cerca de meio ano, uma posição sobre as prioridades da Junta de Freguesia sobre a atual rede de transportes. Na sequência desse pedido, informou ter sido indicado como prioridade o território da Freguesia de Vilar do Paraíso. Referiu, nomeadamente, uma carreira dos STCP que tem término no Centro de Saúde da Boa Nova, na Rua da Boa Nova, na fronteira com Vilar do Paraíso, tendo sugerido que essa carreira fosse prolongada a Vilar do Paraíso para servir a zona da Rua Rio do Forno, da Junqueira de Baixo e também na zona da Rua Conselheiro Fonseca e a Rua Dr. António Vale. Referiu ainda ter sugerido relativamente à mesma carreira, que atualmente faz uma derivação em Vilar do Paraíso, na Rotunda das Oliveiras, pudesse ir aqui à Rotunda da Via 12. Referiu que se estas sugestões forem adotadas, Vilar do Paraíso ficará melhor servida que em 2013. Relativamente à V12 e à Rua dos Lagos, de facto a Junta de Freguesia faz permanentemente uma operação de reparação de buracos nas 630 ruas que tem a seu cuidado. Disse não haver outra freguesia do País que tenha tantos arruamentos como a Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso. Disse que a Junta tem dois funcionários para cobrir 630 ruas, sendo que esse trabalho é efetuado apenas quando as condições meteorológicas o permitem. Disse que o facto do Sr. Alberto Nicolau apenas ter identificado um buraco é sinal que a Junta está a fazer um bom trabalho. Relativamente à Rua da Telheira, dirigiu-se ao Sr. Alberto Nicolau referindo não ter sido claro na questão colocada.

- **Senhor Alberto Pinto Nicolau:** Interveio fazendo várias referências ao estado da Rua da Telheira, tendo mostrado várias fotografias da mesma. Disse que alguém se lembrou de cortar a Rua.

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** Disse já ter descodificado o que o Sr. Alberto Nicolau pretendia. Disse não ser da competência da Junta, porque a mesma não tem meios para o fazer, verificar a legitimidade do corte da Rua por parte do empreiteiro que o fez por desconhecer se se tratava de uma propriedade privada ou não. Disse que com a carta que, entretanto, a Câmara enviou referindo tratar-se um caminho vicinal, ser possível agora à junta, junto das autoridades competentes, pedir para o acesso do caminho vicinal deixar de estar vedado. Referiu por último que após estar vedado a Junta iria proceder à sua limpeza.

## 2. Leitura, Discussão e votação das Atas

- **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia:** Não havendo mais inscrições passou para o ponto 2 da ordem de trabalhos tendo colocado a votação as atas números dois, número quatro e número cinco de dois mil e dezoito. Referiu que as atas foram revistas em consonância com o exercício de consensualização que é desenvolvido em sede de reuniões preparatórias.

- Ata n.º 2/2018, foi aprovada por unanimidade.

- Ata n.º 4/2018, foi aprovada por unanimidade.

- Ata n.º 5/2018, foi aprovada por unanimidade.

Fez a ressalva que as atas foram aprovadas por unanimidade, mas apenas pelos membros considerados aptos para cada uma das votações.



### 3. Período de Antas da Ordem do Dia

- **Elsa Ludmila Dias da Silva (CDU):** Apresentou uma declaração política “**SOBRE O DIREITO A TRANSPORTE PÚBLICO MAIS BARATO E ACESSÍVEL**”, que se encontra em anexo à presente ata e que foi lido em voz alta (Vide doc. 5).
- **Senhor Ricardo José Dias Lopes (CDS-PP):** Apresentou três documentos, o primeiro sobre “**o aumento da frequência do metro e respetivo trânsito**”, encontra-se em anexo à presente ata e foi lido em voz alta (Vide doc. 6); o segundo com a **falta de funcionários na Escola da Junqueira e conseqüente encerramento**, encontra-se em anexo à presente ata e foi lido em voz alta (Vide doc. 7); o terceiro, **sobre o isolamento dos idosos**, encontra-se em anexo à presente ata e foi lido em voz alta (Vide doc.8).
- **Senhor Tiago André Pinheiro Serafim dos Santos (BE):** Apresentou um requerimento denominado “**VOTO DE SAUDAÇÃO DIA MUNDIAL DO TEATRO – 27 DE MARÇO**”. O requerimento encontra-se em anexo à presente ata e foi lido em voz alta (Vide doc. 9)
- **Senhora Paula Maria Militão de Lemos Valentim (BE):** Apresentou dois documentos denominados “**VOTO DE PESAR PELAS VITIMAS DO CICLONE ADAI EM MOÇAMBIQUE**” e “**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO**”. Os documentos encontram-se em anexo à presente ata e foram lidos em voz alta (Vide docs. 10 e 11).
- **Senhor João Telmo Marques Espinhaço (CDS-PP):** Apresentou uma Moção denominada “**MELHOR ASSOCIATIVISMO MAIS COMUNIDADE**”. A Moção encontra-se em anexo à presente ata e foi lido em voz alta (Vide doc. 12).
- **Senhora Luciana da Costa Reis (PS):** Apresentou dois documentos, “**Voto de Pesar a António Manuel Arnaut**” e “**Moção de Congratulação – Criação de um serviço – Colónia de Férias Juvenil**”. Estes documentos encontram-se em anexo à presente ata e foram lidos em voz alta (Vide docs. 13 e 14).
- **Senhor Nuno Filipe Oliveira Cardoso (PS):** Apresentou um “**VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELO INVESTIMENTO NAS POLÍTICAS DE TRANSPORTE E MOBILIDADE**”, que foi lido em voz alta e se encontra em anexo à presente ata (doc. 15). No final da leitura do referido documento, solicitou para fazer de uma forma muito sintética, algumas notas em relação aquilo que foram as intervenções dos seus colegas em relação aquilo que foi dito no púlpito. Em relação à intervenção do PCP, dizer que era muito pouco expectável e seria pouco sensato esperar que um processo tão revolucionário como é a implementação do passe único, pudesse à partida desde 1 de abril estar cem por cento operacional. Disse ser normal que ocorram algumas pequenas falhas, que nem tudo corra desde o início, mas que o PART é um projeto de futuro. Em relação à intervenção do CDS, sobre repensar o modelo de circulação na Avenida da República, disse que o Senhor Presidente da Câmara numa Presidência aberta em Mafamude, há bem pouco tempo falou precisamente nessa questão e disse que os cruzamentos automóveis na avenida da república seria uma questão a repensar, eventualmente reduzir o número de atravessamentos na avenida e também deixou a questão que seria necessário termos na Avenida da República concorrer uns com os outros, com o Metro, com os operadores de autocarros. Em relação ao voto do Bloco de Esquerda sobre a tragédia de Moçambique, disse que a Câmara de Gaia, não só, se solidarizou com as vítimas do ciclone, como também acrescentou ao Orçamento Municipal uma verba de 50 mil euros para doar a Moçambique, numa parceria com a Secretaria do Estado e das Comunidades.
- **Senhor Miguel Marques de Lemos Rodrigues (PS):** Apresentou um “**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOÃO VASCONCELOS**”. Este voto de pesar encontra-se em anexo à presente ata que foi lida em voz alta (Vide doc. 16).
- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** Começando pela ordem das intervenções e relativamente à intervenção do PCP sobre o programa de apoio à redução do tarifário dos transportes, disse fazer lembrar aquela crença que toda a gente reclama ser o pai. Na leitura que fez da posição política do PCP não conseguiu deduzir qualquer palavra de elogio ao Governo, que foi quem propôs a medida no Orçamento do Estado, tendo dito ser verdade que o Orçamento do Estado foi aprovado com os votos do PS, do PCP e Bloco de Esquerda e do Partido Ecologista Os Verdes, sendo que o último também recebeu o voto favorável do PAN. Disse que se se quiser atribuir a paternidade desta medida, na verdade ela não pode ser



só atribuída ao Governo do Partido Socialista, tem que ser também atribuída a quem votou a favor desta medida no Orçamento do Estado, porque se ela não fosse aprovado no Orçamento do Estado era impossível de ser implementada, o PSD e o CDS votaram contra, o PS, o Bloco de Esquerda, o PCP, o PEV e o PAN votaram a favor da medida. No limite, disse ser possível dizer que foi uma medida do governo que teve o apoio das bancadas parlamentares que apoiaram o Governo na legislatura. Reivindicar a paternidade exclusiva da medida, quando, quem governa o País é o Partido Socialista, com o apoio, obviamente dos partidos mencionado, sabendo que esta medida é uma medida que junta o Governo aos parceiros metropolitanos de Lisboa e do Porto, ambos liderados por autarcas do PS e junta também 21 comunidades municipais a maioria delas lideradas por autarcas do PS, é estranho. Disse que seriamente nem o PS pode reivindicar a paternidade exclusiva desta medida, como também é de censurar em toda a largura que o PCP reivindique a paternidade desta medida. O mais importante da medida não é propriamente quem é o responsável ou o autor da medida, a sua paternidade é muito reivindicada, porque a medida de facto tem um grande impacto, não só em termos territoriais na abrangência territorial, mas sobretudo em termos de números de famílias que beneficiam da medida e a poupança no rendimento familiar que esta medida gera. Disse que todos já vimos exemplos de poupanças que são geradas por esta redução do tarifário, sabendo-se que há famílias que vão poupar quase três mil euros por ano. Obviamente estamos a falar de uma verba avultada para um agregado familiar tendo um grande impacto no rendimento familiar. Disse ser uma medida exemplar, sendo o casamento perfeito entre o crescimento económico e a proteção social. Reiterou que o PART tem um alcance múltiplo, mas, aquilo que de facto leva uma reivindicação exclusiva da sua paternidade tem a ver obviamente com o número de famílias que beneficiam da medida, e se, há quem se ocupe a fazer críticas relativamente aqueles problemas e obstáculos que ainda não estão ultrapassados porque a medida tem alguns dias e não há nenhuma medida revolucionária que seja aplicada com sucesso a cem por cento, em qualquer área e muito menos nos transportes, que é uma área altamente complexa e com muitos atores no terreno, o que é certo, é que a medida recebeu uma grande adesão popular. Disse que o número de passes que foram vendidos a mais do que no mês anterior, ou seja o número de passes que foram adquiridos em abril face ao mês de março, em todo o País ronda já os cem mil, o que significa que a medida para além de ter tido o apoio de quem já beneficiava, quem já frequentava, utilizava ou melhor dizendo o transporte público ainda conseguiu acrescentar à procura cerca de cem mil pessoas. Reforçou dizendo que estes números dizem bem do -impacto da medida, mas a medida nasce de uma ideia maior, uma ideia maior que não pretende unicamente promover o transporte público porque um fetiche da governação de esquerda, mas promover o transporte público com os ganhos que resultam do transporte público. Em primeiro lugar, porque o País já encerrou o ciclo do transporte individual, da massificação do transporte individual, que que dominou as décadas de 80 e 90 e a primeira década deste século, onde o exemplo maior foi a rede de auto estradas que o País construiu e os excessos que também foram cometidos com essa ideologia do asfalto. O País percebeu a determinada altura que já tinha encerrado o ciclo da construção de auto estradas, da apologia do transporte individual e iniciou um novo ciclo dominado pelo transporte público coletivo. Referiu que esta mudança de paradigma leva a ganhos não são só de economia familiar, mas também ambientais. O combate aos modos de transportes que contribuem para a emissão de gases do efeito de estufa, tem aqui um grande adversário com esta medida, os modos de transporte que mais contribuem para a emissão de gases de efeito de estufa, têm aqui nesta medida um grande adversário e portanto um ganho ambiental, há um ganho na economia familiar e há um ganho na revolução cultural quanto à utilização do meio de transporte e também quanto à mobilidade. Aludiu ao exemplo de Lisboa dizendo que se fosse possível colocar todos os veículos que diariamente entram em Lisboa alinhados essa fila ligaria Lisboa a Paris. Esta imagem mostra quão gigante é o problema que ainda temos pela frente. Disse ainda que esta medida conquistará certamente as novas gerações, sendo este um aspeto igualmente relevante, que sejam as novas gerações os percussores desta nova política, de aposta transporte público e de aposta no transporte coletivo e nestas novas políticas de mobilidade. Referiu que quando no passado se usava o transporte público, era muito oferecido ou quase só oferecido a pessoas de rendimentos mais baixos que não tinham alternativa de adquirirem um veículo e colocar o veículo nas mãos de um filho com 18 ou 19 e 20 anos ou quando os pais não tinham possibilidades de levar os filhos aos estabelecimentos escolares. Disse que havia um estigma. Hoje, disse, com esta medida, também se pretende transformar muito a mentalidade junto das novas gerações. São ganhos múltiplos que vêm criar maior pressão do lado das governações públicas, uma vez que, como o Senhor Primeiro Ministro teve ocasião de dizer ontem no Parlamento e hoje também, na cerimónia que decorreu estação de Santo Ovídio, aqui na nossa Freguesia, no lançamento do concurso para a adjudicação da construção da linha do Metro, há que reforçar a oferta. Assumi que este aumento da procura vem pressionar a oferta, oferta essa que ao ser



reforçada, significando que o Orçamento do Estado, o Orçamento também dos municípios e das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais, terão que reforçar as verbas que neste momento estão alocadas à mobilidade e aos transportes. Se no passado estas áreas, não eram áreas prioritárias das governações locais, o facto desta medida estar a ser implementada com tanto sucesso e tem tanta adesão, levará com que as governações locais devam reforçar os seus orçamentos para a área de mobilidade e transportes. O Governo também anunciou e hoje foi um dia histórico para a nossa Freguesia, o facto do Governo lançar o concurso público para a construção da extensão da linha amarela, que ligará a estação de Santo Ovídio até à Vila D'Este. Esta Linha percorrerá na sua extensão, a Freguesia, acrescentando uma nova estação em Mafamude que irá valorizar ainda mais aquela zona da Freguesia, mas também irá valorizar a Escola de Soares dos Reis, porque a estação Manuel Leão irá ser construída nas traseiras com Escola de Soares dos Reis. Sendo certo que trará alguns constrangimentos durante a construção, poderá ajudar a resolver a pressão existente na zona entre a Rotunda e a Junta de Freguesia, pelo próprio Metro e associada ao estacionamento que os utentes do metro fazem no Cedro, na Rua Soares dos Reis e nas ruas adjacentes. O facto do terminal se deslocalizar de Santo Ovídio para a Vila D'Este, irá permitir um alívio naquilo que é a pressão diária do estacionamento naquela zona da Freguesia. Relativamente às questões colocadas pelo CDS, pelo Senhor Representante Ricardo Lopes, disse admitir que as freguesias mais pequenas do País consigam saber quais são os idosos que vivem sozinhos, admitindo até, com a colaboração da GNR. Disse que na Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso, que tem cinquenta e cinco mil habitantes, não haver nenhuma entidade pública, na Freguesia é a Junta de Freguesia a Entidade pública mais pequena, com uma estrutura mais pequena, a seguir à Segurança Social e à Câmara Municipal, com capacidade para bater à porta de trinta e três mil habitações e identificar os agregados familiares. Disse haver um instrumento que o Estado tem à sua disposição, que são os censos, que são feitos de 10 em 10 anos, que serão feitos em princípio em 2021. Disse que a Junta tem obviamente os dados que são remetidos através dos gabinetes da Ação Social, quer de Mafamude, quer de Vilar do Paraíso, e que permitem saber quais são os idosos que vivem sozinhos, aqueles que se apresentam com casos problemáticos. Disse que esses são do conhecimento da Junta de Freguesia e estão identificados no Gabinete da Ação Social. No entanto a Junta de Freguesia não tem orçamento nem competências para criar políticas sociais de apoio aos idosos. Disse que todas as políticas sociais requerem sempre orçamento e a Junta não tem orçamento, porque também não tem essa competência. Referiu que no dia em que o Estado Central entender que isso é uma competência das juntas de freguesia, certamente que fará acompanhar a competência do respetivo meio financeiro. Contudo e fez questão de frisar que isso não tem impedido de criar respostas, as que estão ao alcance da Junta, dando o exemplo do Centro de Convívio em Vilar do Paraíso. Disse que esse equipamento é uma resposta a muitos idosos que vivem sozinhos, sendo esse o perfil de muitos dos utentes da Junta. Referiu ser por isso que também no Plano de Atividades para 2019 está a criação do segundo Centro de Convívio em Mafamude, sendo mais uma resposta também para aqueles idosos que vivem sozinhos ou não tendo família, vivem desligados da sua família e desprotegidos do ponto de vista social. A junta tem apoiado os idosos em inúmeras situações que ultrapassam frequentemente as suas competências. Exemplificou com o apoio, até jurídico, que a junta tem dado no assédio no arrendamento. Reforçou não se tratar de uma competência da Junta, mas antes de um dever de ocupação do cargo político. Também exemplificou com a secretária da junta que por ser jurista tem apoiado estes casos de assédio no arrendamento. Referiu que também as técnicas sociais da Junta, apoiam mensalmente muitos idosos, porque os gabinetes de Ação Social quando foram criados nas juntas de freguesia, foram criados por razões de proximidade, para que a área social do Estado, independentemente dos governos, tivessem uma porta na Junta de Freguesia. Uma Técnica Social que receba as pessoas, porque é muito mais fácil a um cidadão que está em situação de desespero ou em aflição, ser recebido no mesmo dia na Junta de Freguesia do que marcar uma reunião na Delegação da Segurança Social em Gaia ou ser recebido por um responsável de um serviço municipal, apesar de a Câmara Municipal ter um serviço em permanente na Avenida da República e nós estamos próximo da Avenida da República, mas obviamente que noutras freguesias mais distantes dos centro do Concelho, isto funciona de forma mais intensa do que aquela que eu estou aqui a representar, mas muitas pessoas procuram a Junta de Freguesia, quer no Centro Comunitário, em Cabo Mor, onde também para além do Centro Comunitário, do atendimento Social do Centro Comunitário, também o nosso Gabinete de Atendimento da Ação Social, também faz atendimentos naquela zona da Freguesia. Os gabinetes de Ação Social foram criados nas juntas de freguesias para que as pessoas possam ser encaminhadas para entidades certas em função das necessidades de cada um, desde o apoio alimentar, desde a procura de uma habitação temporária, desde uma resposta para o caso de violência doméstica. Referiu serem inúmeros os casos que entram na Junta semanalmente, diferentes tipologias que têm sempre resposta da Junta de Freguesia ou um apoio daquilo



que são as respostas existentes ou que são encaminhados para programas municipais ou para a Segurança Social. Abordou a intervenção do sr. representante do CDS/PP, que suscitou algumas questões, nomeadamente se existem protocolos com as IPSS para apoio a idosos. Respondeu dizendo que a Junta possuiu esses protocolos, mais referindo que os mesmos constam do site da Junta de Freguesia. Disse que a Junta apoia algumas IPSS da União de Freguesias que apoiam entre outras valências, idosos, desde o Lar Santa Isabel ao Centro de Apoio de Idosos, Reformados e Pensionistas da Alameda do Cedro ao Centro Social de São Pedro de Vilar do Paraíso, entre outras instituições que para além do apoio da Junta de Freguesia através das valências que tem, como explicou anteriormente. Depois questiona que será falta de residências e lares da Terceira Idade na União de Freguesias, e reconhecendo que há efetivamente falta. Referiu no entanto que esta situação existe em todas as freguesias do País, afirmando mesmo ter a convicção de se tratar de umas das lacunas que o País tem. Não haver vagas para todos os idosos que precisam de recolher a um Lar. Fazendo referência à dimensão da freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso, e aludindo ao facto de tal situação ser problemática em freguesias de pequena e média dimensão, disse tornar-se mais problemático numa Freguesia desta dimensão. Disse que o País vive atualmente um momento de alteração de paradigma neste domínio. Disse que esta viragem, também política, no que diz respeito ao apoio aos idosos que já perderam a sua autonomia e precisam de cuidados permanentes de saúde, assenta na premissa que a colocação de um idoso no Lar, deva ser entendido como último recurso e não como a primeira opção. Mencionou como estratégia desta política a permanência do idoso na sua residência, sendo o apoio domiciliário cada vez mais a resposta adequada, não só, porque não parte para aquilo que é o desenraizar do idoso da sua residência, sabendo-se o que isto representa em termos emocionais e nas representações de vida que o idoso tem, quando é forçado e é retirado da sua residência e é colocado num Lar, como também em termos daquilo que são os custos que o Estado vem assumindo por cada participação que faz a cada instituição por idoso e o reforço do apoio domiciliário a este nível, tem sido uma linha que tem mostrado resultados positivos. Dito isto o que faz sentido, em vez de perguntarmos se no futuro vai haver mais vagas nos lares que têm sede na União de Freguesias, até porque, por exemplo, a respeito disso, o Centro Social de São Pedro de Vilar do Paraíso, está a preparar um projeto para a criação de um Lar Residencial também nas suas instalações, é uma resposta que a Freguesia de Vilar do Paraíso terá, que hoje não tem, é mais uma resposta para a União de Freguesias, mas, o futuro passa pelo reforço do apoio domiciliário a idosos e não propriamente pelos lares de idosos. No caso da pergunta sobre ações de sensibilização para que os idosos da União de Freguesias adotem comportamentos de segurança e que permitam reduzir o risco de se tornarem vítimas de crimes, isto é uma informação que entra diariamente em casas das pessoas, há muitos anos. Há muitas advertências, mas nós não temos capacidade para fazer isso, objetivamente, nem as câmaras municipais fazem, que fará as juntas de freguesias, este tipo de campanhas obriga a contratação de técnicos, que a Junta não tem para fazer uma campanha porta a porta numa Freguesia da nossa dimensão. Disse não conhecer a não ser em freguesias muito pequenas, com poucas centenas de habitações. Passando para a outra questão, relacionada com a Avenida da República, disse julgar que a Câmara Municipal não tomará nenhuma iniciativa relativamente aquilo que é o acesso do transporte coletivo, do transporte público e o transporte individual à Avenida da República, sem haver um período experimental do funcionamento do parque de estacionamento da Estação D. João II. Disse que se não houvesse Parque de Estacionamento nas traseiras da Estação D. João II, não se levantaria esta questão, esta questão levanta-se porque o Parque de Estacionamento irá levar com que umas centenas de veículos, que hoje supostamente não recorrem aquela zona da Avenida da República. Mais comentou dizendo que tal proposta tem que estar suportada numa análise que tem que ser feita depois de entrar em funcionamento do parque de estacionamento. Relativamente à Escola da Junqueira, este problema decorre porque segundo informações recolhidas junto do Agrupamento EB 2/3 de Valadares, a Junta e a Câmara não tem competências no domínio do pessoal docente e não docente, muitos auxiliares estão de baixa, comportamento com um padrão repetido ao longo dos anos. Afirmou não estar a fazer juízos de valor, mas tão só transmitir a informação recolhida. Disse que esta situação dificulta muito a gestão dos agrupamentos. Disse que este problema é antigo, referindo mesmo que desde que é Presidente de Junta esta situação é recorrente. Deu mesmo o exemplo do ano de 2013, quando foi candidato à junta, ter havido uma reportagem da RTP à porta da Escola da Junqueira. Disse que o Governo é o responsável máximo por esta situação, assinalando que por isso mesmo, o Governo ter-se comprometido e já ter lançado concurso para admissão de 1000 auxiliares para todo o País. Disse não saber se com tal numero a situação ficará resolvida, dizendo contudo que se essa competência fosse dos municípios tal problema já estaria resolvido. Resumindo, quando esse procedimento concursal de admissão de auxiliares estiver concluído, esperemos que fique resolvido o problema da Escola da Junqueira. Relativamente ao Bloco de Esquerda, disse perceber, mas disse não

conseguir apelidar as constantes intervenções da Senhora Paula Militão sobre os pombos e as pombas, sobre a população de pombos. Disse reconhecer que é uma luta que tem travado, que é legítima, mas cujo pedido que endereça à junta para ações de fiscalização, de policiamento das atitudes dos cidadãos não ser possível de concretizar. Disse não possuir competências para proibir a utilização abusiva dos passeios pedonais por comerciantes, nem para colocar placas em sítios chave a proibir a alimentação a pombos e a gaivotas. Disse que a Junta não tem qualquer autoridade nessa matéria, sendo portanto completamente inútil uma ação da Junta de Freguesia nesse sentido. Disse também não ser da Junta a competência da fiscalização do ruído, sendo competência das câmaras municipais. Disse que as Juntas não possuem as competências técnicas para o exercício dessa competência. Relativamente à intervenção do Partido Socialista sobre a Colónia de Férias que arranca na segunda feira, disse ter decorrido no final do dia de hoje uma reunião com os pais, sendo esse um serviço novo da Junta de Freguesia, que irá explicar melhor no debate da conta de gerência. Relativamente à proposta do PSD, sobre o observatório para o Associativismo, é uma proposta que parece interessante na medida em que pode dar elementos à Junta e que até ao próprio PSD pode ajudar a fazer algumas interpretações sobre o tecido associativo que do seu ponto de vista não lhe parecem as mais corretas. Disse que esta junta de freguesia comporta um território com realidades muito distintas no tecido associativo. Disse que Mafamude e Vilar do Paraíso têm mais de cem associações. Disse que este número, que utiliza em conversas com outros presidentes de junta, choca pela sua dimensão. Disse que na união de freguesias existem associações que rejuvenesceram e outras associações que estavam num impasse diretivo e que não conseguiram eleger os órgãos sociais. Disse que existem associações que conseguem trabalhar muito bem em rede e de participar em projetos conjuntos, e que outras têm vocação para realizarem as suas iniciativas de forma isolada. Disse haver associações que só fazem as suas iniciativas porque dependem do subsídio da Junta de Freguesia. Disse haver iniciativas que se fazem em Mafamude e Vilar do Paraíso por parte do nosso tecido associativo, porque têm o subsídio da Junta de Freguesia. Afiançou que se a Junta de Freguesia por alguma razão não poder subsidiar essa Associação, essa iniciativa não se faz. Tudo isto, referiu, tornar a União de Freguesias muito diversificada em termos de realidades dentro deste conjunto de cem associações. Disse que em virtude dessa heterogeneidade, faz muito sentido haver um observatório, referindo, no entanto, que essa estrutura terá forçosamente de ser muito ligeira na medida em que a Junta de Freguesia não tem os meios para criar um observatório propriamente dito.

- **Elsa Ludmila Dias da Silva (CDU):** Usou da palavra para esclarecer que a CDU não está a reclamar a paternidade de absolutamente nada, mas antes e tão só para lamentar terem sido necessários 22 anos, para finalmente os partidos, como o PS, reconhecerem a importância de uma medida que o PCP reclama há 22 anos. Terminou dizendo que se tal alegra o Senhor Presidente, a representante também pode dar os parabéns ao PS por finalmente ter reconhecido e ter dado um passo para colocar em prática esta medida.

- **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia:** Não havendo mais inscrições suspendeu os trabalhos por 5 minutos para posterior votação.

- **Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia:** Um dos membros da Assembleia de Freguesia, teve que se ausentar, porque teve uma indisposição e como ainda não tínhamos procedido a nenhuma votação e ele não tinha feito nenhuma intervenção, foi substituído por um membro da Assembleia de Freguesia, que está aqui presente, o Senhor José Ferreira. Entretanto o Bloco de Esquerda solicitou à Mesa a retirada da Proposta de Recomendação sobre os pombos. De imediato colocou as atas à votação.

- Voto de Saudação do BE (Vide Doc. 9) Dia Mundial do Teatro. Este Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Pesar do BE (Vide Doc. 10), pelas Vítimas do Ciclone ADAI em Moçambique. Este Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

- A Moção do PSD (Vide Doc 12) "Melhor Associativismo Mais Comunidade" foi aprovada. A favor 18 votos (12 PS + 5 PSD + 1 CDS/PP); Contra 3 votos (2 BE + 1 CDU).

- Voto de Pesar do PS (Vide Doc. 13) pelo falecimento de António Manuel Arnaut. Este Voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

- Moção de Congratulação do PS (Vide Doc. 14), sobre a Colónia de Férias. Esta Moção foi aprovada por unanimidade.

- Voto de Congratulação do PS (Vide Doc. 15), pelo investimento nas políticas de transportes e mobilidade. Este voto de congratulação foi aprovado. A favor – 14 votos (12 PS + 2 BE); Contra 5 votos (5 PSD); Abstenções 2 votos (1 CDU + 1 CDS/PP).

- **Senhor João Telmo Marques Espinhaço (PSD):** Utilizando a figura regimental da declaração de voto fez a sua declaração de voto sobre a posição do PSD em matéria de PART. Julgo que existe outra votação, também, sobre esta matéria na ordem de votações, que será também do PCP. E sobre isto nós entendemos que devemos ter de ter uma posição, aqui lembra-me um pouco aquela passagem do Fernando Pessoa que diz, que aqui sou mais do que eu, não sou um povo que quer o mar que é teu, sou alguém que defende um Partido que tem uma posição sobre esta matéria e portanto temos que esclarecer, não queremos confusões, não queremos que digam que somos contra o passe único, não queremos que digam que somos contra esta ideia de mobilidade, não é isso que se prende da nossa proposta e temos que ser claros e honestos e esclarecer. Em primeiro lugar temos que averiguar que e temos que ser muito claros, isto é uma Proposta que tem um tema Nacional, com muito pouco impacto na nossa Freguesia, julgo eu, posso estar enganado, mas julgo que as poupanças dentro das duas nossas freguesias, que já são bastantes centrais e urbanas, não vão merecer a mesma poupança que as pessoas que se encontram mais longe dos centros urbanos e portanto têm que percorrer maior movimentos pendulares. Reconhecemos, o PSD reconhece valor nesta medida, seja pela sua questão ambiental, seja pela sua gestão de território ou seja pela promoção da mobilidade interterritorial, agora o PSD coloca, e bem, algumas restrições nesta posição, no que concerne aquilo que é a justiça social, nós consideramos, o PSD considera, não obstante todo o mérito que aqui temos nesta proposta, temos uma espécie de justiça social, estilo Robin Hood, função invertida, ou seja estamos a retirar aqueles que menos têm nas regiões de convergência, para dar aqueles que mais têm, a região mais rica que existe em Portugal é aquela que mais vai beneficiar e portanto a justiça, aqui quase que me coloca ao lado do PCP, sem dogmas, sem problemas, a justiça social implica que a existir esta medida deveria ser para todos e não apenas para duas áreas metropolitanas, uma daquelas das quais eu me incluo, eu estou particularmente à vontade, que eu sou um fã dos transportes públicos, se calhar pouca gente, como eu, anda tão pouco de transportes públicos, o meu principal meio de transporte são as minhas duas pernas a seguir ao transporte público, só depois é que é o automóvel privado, por isso estou particularmente à vontade para fazer apologia do transporte público. A segunda consideração que nós gostamos de fazer e por isso, não podemos votar favoravelmente esta proposta, com todo o respeito que temos por ela e pelos seus méritos, tem a ver com a falta de ponderação e dos estudos financeiros que não foram efetivamente elaborados e também pelo timing e na pressa do desenvolvimento desta medida. Julgamos e julga o PSD e julgo que bem, para quem já esperou 22 anos, poderia esperar mais alguns meses para entendermos qual é o impacto efetivo e orçamental e nós gostamos de saber o impacto efetivo orçamental. Não é porque não achemos que a proposta vale a pena, naturalmente que vale a pena, a questão é, teremos nós dinheiro para pagar tudo isto, ou pelo menos que nos digam e que nos digam de forma clara o que é que vamos retirar da equação, se são os pagamentos que ainda fazemos pelas Scuts, se é o défice tarifário que ainda temos que compensar a EDP, se é a subsidiação dos carros elétricos que vai diminuir, se ainda estamos a pagar a subsidiação da gasolina dos anos 90, entretanto os outros encargos e pagamentos e obrigações que o Estado tem é de facto uma questão de alocação de recursos que deve ser colocada e que nos deve ser dita claramente os que que nós vamos substituir para pagar a medida que claramente para nós tem muito mais mérito que as Scuts, tem muito mais mérito que a subsidiação do deficit tarifário, tem muito mais mérito que a subsidiação à banca, tem muito mais mérito que qualquer outra subsidiação que temos a fazer, mas a verdade é que temos esses compromissos e portanto numa ética de responsabilidade gostaríamos antes de aprovar este tipo de medidas, de saber onde é que vamos pagar este tipo de medidas e portanto aqui é que colocamos a questão da colocação de recursos que justifica a nossa posição, não que sejamos contra, somos é, ainda renitentes e temos algumas renitências sobre a forma de subsidiação desta medida. Mas por fim queria só dizer, mesmo que quiséssemos ou que quiséssemos votar favoravelmente, não o poderíamos fazer nesta Moção, o Senhor Membro da Assembleia, colocou aqui nesta Moção, neste voto de congratulação, colocou um voto de

congratulação tão grande, que eu poderia dividi-lo para aí em vinte votos de congratulação, provavelmente, se calhar 10 votaria favoravelmente, 5 abstinha-me e a outros cinco votaria contra, como não o posso fazer e tal era a extensão, tal era o âmbito dos temas, que naturalmente nós não nos conseguimos rever em todos, nomeadamente seria exigir demais que nos pudéssemos rever nos vários elogios que teceu, e está no seu direito ao seu Executivo Municipal, não temos nada contra, não o podemos é o fazer, agora, não queremos é que reconheçam, nesta nossa posição, que existe qualquer tipo de preconceito ou de posição contrária a este mérito, fomos claros, deixamos as nossas renitências, há um processo que gostaríamos que tivesse sido seguido e não foi, mas de qualquer forma percebemos os méritos desta proposta e não somos contra, somos renitentes.

- **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia:** Terminada a declaração de voto colocou a votação o Voto de Pesar, apresentado pelo Partido Socialista, relativamente ao falecimento de João Vasconcelos.

- Voto de Pesar do PS "Falecimento de João Vasconcelos" (Vide Doc. 16). Este voto de pesar foi aprovado por unanimidade. Passaríamos de imediato ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, com a alteração entretanto introduzida.

#### 4. Período da Ordem do Dia

##### 4.6 Discussão e Votação dos Documentos de prestação de contas do ano de dois mil e dezoito, ao abrigo da alínea b) n.º 1, artigo 9.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** Vou fazer uma breve apresentação daquilo que foi o trabalho da Junta de Freguesia, no ano de dois mil e dezoito. O ano de 2018, foi um ano que trouxe à Junta de Freguesia resultados imediatos em determinadas áreas e foi o ano que também se tornou proveitoso, pelo facto da Junta de Freguesia ter coordenado com a Câmara Municipal, melhor dizendo a Câmara Municipal ter coordenado com a Junta de Freguesia, alguns dos investimentos estruturantes para Mafamude e Vilar do Paraíso para este mandato, foi o ano que os resultados imediatos nas áreas de melhoria dos serviços prestados pela Junta de Freguesia, conseguimos a instalação de um Espaço Cidadão em Vilar do Paraíso, conseguimos a abertura de um posto de Atendimento para Cabo Mor, conseguimos arrancar com a implementação o Sistema de Gestão de Qualidade, conseguimos construir e abrir ao Público o Mercado de Levante, foi um ano também em que a Junta de Freguesia, propôs à Assembleia e foi aprovado na Assembleia de Freguesia, o Regulamento para atribuição de subsídios às Associações de Mafamude e Vilar do Paraíso, esse Regulamento apesar de ter sido aprovado em 2018, entrou em vigor em janeiro deste ano, foi também o ano em que a Junta de Freguesia propôs à Assembleia e Assembleia aprovou a criação do Provedor do Cidadão, foi ano em que a Junta de Freguesia reorganizou os seus serviços quer na Secretaria, quer nos dois balcões dos CTT, quer nos gabinetes de Ação Social, quer nos Centros de Convívio, quer no Centro Comunitário, foi o ano também em que a Junta de Freguesia integrou no Quadro de Pessoal 12 trabalhadores que se encontravam em situação precária e com isso tivemos ganhos consideráveis em termos de organização de trabalho e também no tempo de serviço que cada um deles presta e com isso ajudando a Junta a resolver um sem número de problemas, foi o ano também em que repavimentamos a Rua da Fonte Velha em Mafamude, a Rua da Montanha em Mafamude, a Rua Miguel Oliveira em Vilar do Paraíso e também procedemos à instalação do Coletor das Águas Pluviais em colaboração com as Águas de Gaia e para além daquilo que é a atividade decorrente da Junta de Freguesia, que faz parte do seu Plano de Atividades, nas diversas áreas, constam todas aqui do Relatório de Atividades, mas que não irei reproduzir verbalmente para não tornar esta apresentação mais demorada. Gostaria de dar destaque a duas situações, primeiro como disse há pouco o ano de 2018 foi um ano em que nós aproveitamos para fechar com a Câmara Municipal de Gaia, aquilo que são os grandes investimentos que o Município está a preparar, um ou outro já está em curso e outros que arrancaram em breve em Mafamude e Vilar do Paraíso, está já em curso a obra de requalificação do JI de Laborim, um Jardim de Infância novo, apesar de ser construído no mesmo local, arrancará em breve a construção da cantina na Escola EB/1 Joaquim Nicolau de Almeida, que não tem cantina escolar, as refeições são contratadas e serviços exteriores que não tem a mesma qualidade para as crianças que estudam na EB/1 J.N. Almeida, foi também, em 2018 conseguimos trazer o Gaia Todo o Mundo, que é uma das melhores iniciativas culturais e cívicas do Município de Vila Nova de Gaia, que nos anos



anteriores se realizou no Centro Histórico de Gaia, na zona envolvente ao Convento Corpus Christi, naquele corredor entre o Largo Sandeman e o Cais de Gaia, virá para Mafamude para aquele quarteirão do Liceu de Gaia, da Biblioteca e do Auditório e obviamente como intensa atividade cultural, com intervenções de fundo naquilo que é aquela zona, quer em espaços interiores, quer em espaços da via pública, foi também um ano que conseguimos o acordo com o proprietário de uma parcela de terreno que é obrigatória para se fazer a ligação rodoviária entre Mafamude e Vila D'Este, ou seja entre a Rua do Fial e a Rua Quinta da Serpente, esse acordo foi obtido pela Junta de Freguesia que colaborou no entendimento entre a Câmara e Empresa construtora/detentora do terreno, já foi aprovado em reunião de Câmara, o acordo, portanto a Câmara quando tiver a oportunidade lançará esta obra, é uma obra que não só irá melhorar o movimento da mobilidade entre aquela zona da Freguesia de Mafamude e Vilar de Andorinho, como também permitirá que o acesso à auto estrada não se faça, a partir de Laborim de Cima, através da Rua Soares dos Reis à Rotunda de Santo Ovídio, poderá ser feita quando essa ligação rodoviária estiver concluída pela Rua Quinta da Serpente, que é a parte baixa da Vila D'Este que tem um acesso muito rápido aquele nó da auto estrada que permite que qualquer pessoa colocasse no sentido de Lisboa, no sentido Porto, através da Ponte do Freixo ou da A29, acaba por ser uma mini revolução da mobilidade da zona da freguesia, foi também o ano em que se fechou a opção da Câmara construir o Pavilhão Desportivo de Vilar do Paraíso, que já foi aprovado aqui nesta Assembleia de Freguesia a cedência do direito de Superfície do Parque de São Caetano para a construção do Pavilhão e de um novo Polidesportivo, é a construção do Pavilhão, de um novo Polidesportivo e do arranjo completo do patamar superior do Parque de São Caetano, com um novo acesso através da Rua das Pedreiras, que hoje está emparedada e portanto não é possível acesso a não ser pela zona do lado do Parque de São Caetano, foi também o ano em que a Câmara decidiu avançar com a requalificação da zona envolvente ao Cemitério de Mafamude, uma das obras, será uma das obras mais impactante que todas estas que estou a lembrar, nenhuma destas obras é novidade para a Assembleia de Freguesia, eu próprio já tive ocasião de informar a Assembleia de Freguesia destas obras, é um obra que está estimada em 3,5 milhões de euros, que vai criar e não só, uma nova entrada no Cemitério de Mafamude, como vai criar ali uma praça de uso coletivo, de uso público e permitir uma melhor fluência de trânsito que é feito na Rua Raimundo de Carvalho, que neste momento é obstruído, sendo que dois autocarros passam ao mesmo tempo para o transporte de passageiros, foi também o ano, em que, aquilo que estava no nosso Plano Plurianual de Investimento que era a construção de parques infantis em Mafamude e Vilar do Paraíso foi assumido pela Câmara Municipal, portanto a Câmara Municipal assumiu este investimento, pediu à Junta de Freguesia, reuniu com a Junta de Freguesia e a Junta de Freguesia identificou os parques infantis que no nosso entender são prioritários e que sendo construídos cobrem todas as localidades de Mafamude e Vilar do Paraíso que não hoje não dispõe de parques infantis, alguns deles em Vilar do Paraíso, alguns deles em Mafamude, a Câmara assumiu esse investimento, faz parte daquele programa que a Câmara anunciou dos parques infantis temáticos, todos eles parques infantis temáticos, lembro-me obviamente que o objetivo principal é que eles sejam construídos, um deles já começou a ser instalado na Rua José Rocha em Mafamude, em Paço de Rei, depois, foi o ano também, que a Câmara assumiu a reabilitação do Jardim Soares dos Reis, uma obra de 300 mil euros, tornar o Jardim Soares dos Reis com uma vocação, com uma vocação maior ao nível do convívio familiar e esse é o grande objetivo da requalificação, também apetrechar melhor o Parque Infantil do Jardim Soares dos Reis, e também, foi o ano em que ficou selado a extensão da linha do Metro, que hoje foi objeto de adjudicação e que dentro de dois anos estará concluída a obra, irá obviamente revolucionar a mobilidade na nossa União de Freguesias. Em termos daquilo que foi a área de investimento principal e de atividade principal da Junta de Freguesia, continua, a área da Ação Social, Educação e Escolas a representar a maior aposta da Junta de Freguesia, como cerca de 60% das verbas do Plano de Atividades e das Transferências Correntes e o Saldo de Gerência, da gestão de 2018, como sabem foi de 11 mil euros, traduz aquilo que é uma gestão saudável e equilibrada das contas da Junta de Freguesia, que procuramos sempre racionalizar ao nível daquilo que é a despesa corrente a despesa, melhor dizendo, de funcionamento do Plano de Atividades da Junta de Freguesia e também o Plano de Investimentos, a estrutura de despesa de uma Autarquia, seja ela um Município ou uma Freguesia, a estrutura de despesa é sempre composta, pela despesa de funcionamento que são os encargos que a Junta tem com os seus funcionários e colaboradores, os encargos que a Junta tem com a atividade mínima, ou seja encargos com instalações, luz, água, gaz, comunicações, os encargos mininos com os serviços, as rendas que a Junta de Freguesia possa pagar em despesas contraídas pela prestação dos serviços à população e depois a parte sobranete é repartida em duas áreas, o Plano de Atividades e um Plano de Investimentos, a parte mais difícil da gestão autárquica dá-se exatamente no Plano de Atividades e no Plano de Investimentos, a nossa prioridade, seguida à despesa de funcionamento que garanta a qualidade da

prestação de serviços da Junta de Freguesia, é o Plano de Atividades, porque é no Plano de Atividades, é o Plano de Atividades que recai o apoio da Junta de Freguesia, por exemplo ao tecido associativo, como eu disse há pouco, são inúmeras as atividades e iniciativas que se fazem Mafamude e Vilar do Paraíso com o apoio da Junta de Freguesia e todas elas estão identificadas no Plano de Atividades e depois há um conjunto de atividades nas mais diversas áreas que são assumidas pela Junta de Freguesia, algumas delas com o apoio das coletividades, mas, desde o início, desde o mandato anterior e renovamos para este mandato, a nossa estratégia, foi sempre investir naquilo que são as representações sociais de Mafamude e Vilar do Paraíso, parte delas assumidas diretamente pelas nossas coletividades e instituições e apoiadas pela Junta de Freguesia, seja na área cultural, social, desportiva e recreativa, como também o movimento associativo de pais e também, depois, no Plano de Investimentos, onde procuramos primeiramente responder àquilo que são as nossas responsabilidades que é cuidar dos cemitérios, os dois cemitérios e meio que temos, cuidar da rede de lavadouros e fontanários, cuidar dos parques infantis que estão ao cargo da Junta de Freguesia e cuidar também dos polidesportivos que estão ao cuidado da Junta de Freguesia, cuidar do Parque de São Caetano que é o único espaço verde que temos, que está, cuja manutenção e conservação está atribuída à Junta de Freguesia, e se numa análise cuidada que possam fazer ao Relatório de Atividades da Junta de Freguesia, ao longo dos anos, irão verificar que o nosso Orçamento permite à Junta de Freguesia responder com qualidade a tudo isto e depois há uma verba sobrança, reduzida, que é aproveitada para investimento, mas nenhum dos investimentos que a Junta de Freguesia assume com valores mais elevados pode ser feito sem o apoio da Câmara Municipal, ou seja, se assine contratos de apoios inter-administrativos com a Câmara Municipal para suportar esse conjunto de investimentos. Senhor Presidente, posto isto, como o documento é um documento bastante explícito e bastante explicativo e bastante informativo, eu reservo o tempo que me sobra para responder às questões que me são colocadas.

- **Elsa Ludmila Dias da Silva (CDU):** Sobre a Conta de Gerência 2018, pelos motivos apresentados aquando da votação, a CDU votou contra o Plano e Orçamento para 2018, após análise dos documentos, reconhecemos que este foi relativamente cumprido, mas como não era um Plano com que nos identificamos, nem foi acolhida a maioria das nossas propostas, a CDU optou pela abstenção relativamente a esta Conta de Gerência.

- **Senhor Rui Miguel Ferreira Trindade (PSD):** A Conta de Gerência, como bem sabem traduz a condução financeira desta Junta e conseqüentemente o património dos fregueses e dos contribuintes, como tal, trata-se nesta matéria de nos pronunciarmos sobre o grau de cumprimento do dever fiduciário a que o Executivo desta Junta está obrigada. Entendemos e entende toda a gente por dever fiduciário, o dever que os agentes encarregados de administrar o dinheiro de outras pessoas têm para agir conforme o interesse dos beneficiários e, é disto que se trata a discussão desta Conta de Gerência. Entenderá por isso, Senhor Presidente, que dada a relevância do que aqui está em causa, o PSD, enquanto maior Partido da oposição, não poderá de deixar de tomar uma posição clara e inequívoca sobre este ponto da ordem de trabalhos. Entenderá também, que para o Partido Social Democrata, enquanto oposição, seria muito mais confortável abstermo-nos na votação deste ponto, poderíamos eventualmente no conforto da abstenção afirmar que estas são as vossas contas, que esta é a execução ou má execução do vosso Orçamento, que este é o vosso dever e não é a nossa obrigação, mas apesar deste conforto, que esta prática garante e que infelizmente vai fazendo tradição na política portuguesa e muitas vezes na dos gaienses, é nossa convicção que se assim o fizéssemos estávamos a incumprir um mandato para o qual eleitos e a defraudar quem nos elegeu e assim em incoerência com estes valores, tendo por base estas linhas orientadoras, analisamos com detalhe e em profundidade a Conta de Gerência para o exercício de 2018 e sobre esta matéria queremos deixar apenas duas notas: Em primeiro lugar apreciamos positivamente que o andamento das receitas correntes seja superior ao das despesas correntes, é boa prática, é boa política, como bem sabe, o Partido Social Democrata, nas duas últimas décadas tem defendido até à exaustão esta conduta, sendo inclusivamente criticado por esta por esta operação, assim em incoerência, não podemos fazer mais do que, votar conforme defendemos, não podemos fazer mais do que se não apreciar este registo que, com grande pena nossa, não encontro assim grande aceitação junto de outros responsáveis do seu partido. Em segundo lugar registamos também que a existência do desequilíbrio entre receitas, entre as receitas e a despesa de capital, foi compensado e balanceado com uma menor execução das despesas de capital, apreciamos também positivamente e em coerência com o que somos e com aquilo que defendemos, o cuidado evidenciado em reduzir a despesa, quando as receitas ficam aquém do previsto. Senhor Presidente, resumindo assim, com o que somos e com o que



representamos, apreciamos na globalidade positivamente a Conta de Gerência de 2018, o nosso sentido de voto, será portanto, favorável à sua proposta, executaram as vossas propostas, que não são as nossas, trabalharam em direção a uma visão da qual provavelmente nos elegimos, mas cuja legitimidade, ao contrário a outra forças políticas, reconhecemos e respeitamos. Consideramos que o Seu Executivo cumpriu o seu dever fiduciário e que em matéria de gestão financeira, geriram esta Junta com rigor e com a ponderação que vos é exigida e contará por isso com o nosso voto. Reforço ainda, que não sendo as nossas políticas, as nossas posições o que está em causa aqui, não é o Plano de Atividades, mas sim a forma como a gestão e o Património foi gerido.

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** Perante as questões colocadas, resta-me dizer, que de facto este Relatório de Atividades traduz um conjunto de escolhas, de opções, como é evidente, que não são as mesmas opções dos restantes partidos na Assembleia de Freguesia, mas parte dessas opções, também fizeram parte dos programas eleitorais de outros partidos, como o PS, que se candidataram à Assembleia de Freguesia, que procuramos durante o ano, foi cumprir o Plano de Atividades e o Plano de Investimentos que apresentamos para o ano de 2018, para além disso, também é nossa obrigação que a Câmara Municipal traga um conjunto de investimentos e de políticas para a União de Freguesias, que somem ao nosso Plano de Atividades ao nosso Plano de Investimentos. Há, é evidente, como eu disse há pouco, na estrutura da despesa uma área que cada vez mais difícil de mexer e que cresce e tem crescido, unicamente por decisão da Junta de Freguesia. Se por um lado a integração dos precários na Junta, uma terminação legal, uma Lei que a República aprovou e que obrigou todos os organismos públicos a integrar os trabalhadores precários que cumpriam todos os requisitos, a junta integrou doze, também saíram duas pessoas para aposentação, nós quando integramos os doze, sabíamos que estavam dois funcionários à porta da aposentação. Disse que desde que é Presidente de Junta, já saíram 4 funcionários da Junta de Freguesia, dois por processo disciplinar, há uns anos, e dois por aposentação. Em termos líquidos a Junta de Freguesia face ao quadro inicial de pessoal da União de Freguesias em outubro de 2013, tem um reforço de oito trabalhadores. Disse ainda que o descongelamento das carreiras, resulta numa despesa acrescida para a Junta de Freguesia e não é uma decisão da Junta, é uma Lei da República. A Lei do Orçamento de Estado de 2018 veio descongelar as carreiras, e com isso muitos funcionários nossos progrediram na carreira e isso é um suplemento remuneratório que no final do ano representa mais uma dezena de milhares de euros. Depois o salário mínimo para a Função Pública, como sabem, também aumentou este ano, para seiscentos e trinta e cinco euros, com retroativos ao dia 1 de janeiro e parte dos nossos funcionários recebem o salário mínimo e tivemos que aumentar o salário mínimo para seiscentos e trinta e cinco euros vezes 14 meses. Disse haver, portanto, um conjunto de decisões, sendo esse o ponto onde pretendeu chegar, que fizeram aumentar a despesa de funcionamento da Junta de Freguesia, neste caso concreto, o pessoal, que não depende da decisão da Junta de Freguesia. e das duas, uma, ou conseguimos aumentar a receita para acompanhar essa segunda despesa ou temos que cortar noutra área da despesa, para compensar na despesa com pessoal e fomos fazendo isso, tínhamos um problema grave que herdamos de Mafamude e Vilar do Paraíso, das anteriores juntas de freguesia, que era um problema, era um problema não, era um sarilho para a Junta de Freguesia, é que o acordo que celebraram, que as anteriores juntas celebraram com os CTT, que obrigavam a juntas, neste caso, a Junta da União de Freguesias adquirir os selos e os envelopes para poder vende-los nos balcões, mas tinha que pagar à cabeça e tinha um pequeno desconto comercial de pronto pagamento, ou seja todos os meses temos que ter uma tesouraria capaz de adquirir isso, envelopes e selos, porque as pessoas vão aos balcões não admitem que não se venda selos e envelopes nos balcões do CTT, centramos os CTT e convencemos os CTT a alterar o contrato, fizemos uma adenda ao contrato em que o material fica à consignação da Junta e no final do mês a Junta ou devolve, se tiver material para devolver ou se não paga a diferença, se vendeu tudo, paga todo o material vendido, esse problema, foi um problema que aliviou muito a tesouraria da Junta de Freguesia, depois quando partimos para aquilo que é a despesa de funcionamento da Junta de Freguesia, que tem a ver com aquisição de bens e serviços que são obrigatórios para que os serviços sejam prestados, não se consegue reparar um passeio sem cimento e sem areia, da mesma forma que não se consegue fazer uma iniciativa para o Centro de Convívio quer para Mafamude, quer para Vilar do Paraíso, se não adquirirmos algum material para as iniciativas, portanto, como também o Centro de Convívio de Mafamude, tem uma mini central de compras, porque compra e vende bens alimentares, portanto procuramos em todas a rubricas da despesa cortar, racionalizando os atos de gestão de forma a que compensássemos essa subida dos encargos com o pessoal, mais ainda, cada funcionário que entra para o quadro é mais um encargo também para ADSE, estamos a falar de tudo somado num aumento superior a 20 mil euros de despesas com o pessoal, como as receitas que



temos estabilizaram, porque o crescimento económico trouxe mais procura à Secretaria e também trouxe mais IMI, nós tivemos um crescimento de cerca de 7/8 mil euros desde 2013 em IMI, desde 2014, perdão, desde 2014 em IMI, mas também estabilizou de 2017 para 2018 o valor de IMI que é atribuído à Junta de Freguesia ronda os 89 mil euros, as juntas de freguesias têm direito a um por cento do IMI urbano pago em Mafamude e Vilar do Paraíso, portanto com as receitas próprias da Junta de Freguesia a estabilizarem, porque também temos receitas que resultam das rendas que cobramos dos espaços que arrendamos ou que cedemos, por exemplo tínhamos um problema para resolver o Parque de São Caetano, no Restaurante, o Restaurante é da Junta de Freguesia, o contrato com o concessionário, aquilo não era um contrato de arrendamento era uma concessão, que já tinha terminado há muito tempo, há três ou quatro anos, a renda era cerca de 800 euros por mês, a Junta de Freguesia tinha que fazer ali um investimento de largas dezenas de milhares de euros, porque ao resgatar a concessão para abrir novo concurso, tinha que fazer obras no espaço, tinha de requalificar aquilo tudo, os orçamentos que vinham eram assustadores para a capacidade Orçamental da Junta, nós tivemos que optar por uma solução mais criativa, que não se pode dizer que é normal, que foi de concessionar, fazer um contrato de arrendamento, desta vez, mas, imputar ao inclino as obras necessárias que nós inventariamos, fizemos um relatório das obras necessárias para o Restaurante e concorreram duas pessoas e adjudicamos à proposta mais vantajosa, mas sempre com uma entrada inicial que cobre as obras necessárias do Parque de São Caetano, fomos resolvendo os problemas que se foram colocando, ou que rebentavam com a Tesouraria da Junta ou que representavam um aumento da despesa e fomos também, procurando, por exemplo o nosso parque automóvel está muito decadente, nós temos veículos com mais de 20 anos, mas a Junta de Freguesia não tem capacidade para comprar veículos, compra um até dois, três mil euros compra, não temos capacidade, mas daqui a pouco tempo a Junta de Freguesia, sejamos nós ou outros, serão confrontados com uma necessidade urgente de renovar o parque automóvel, já compramos um camião, foi no início do mandato, por 9 mil euros, conseguimos um camião por 9 mil euros, fomos busca-lo a Viseu, mas andamos um mês há procura porque não tínhamos mais dinheiro para mais do que isso, por acaso fizemos uma boa compra, mas nós temos uma despesa mais avultada em oficinas, porque com veículos de mais 20 anos, que fazem dezenas de quilómetros diariamente, de um lado para o outro a carregar material e portanto, também tentamos racionalizar, racionalizámos também, os gastos com o combustível, racionalizamos rúbrica a rúbrica, gerando uma poupança em cada uma, tentamos gerar uma poupança em cada uma e conseguimos manter a despesa global com estas condicionantes. Tivemos também, no ano de 2018 uma ajuda extraordinária, extraordinária pela primeira vez e porque foi uma grande ajuda, a Câmara Municipal decidiu protocolar com a Junta de Freguesia o apoio ao passeio dos idosos que hoje não representa qualquer custo para a Junta de Freguesia, entre aquilo que a Câmara subsidiou em 2018, não tenho a certeza se este protocolo será renovado em 2019, mas em 2018 foi assim, a Câmara atribui um subsídio à Junta, cada inscrito paga 13 euros, o somatório paga o transporte e o convívio, a Junta tem uma despesa extra de um euro e tal por pessoa, com o resto das despesas, porque aquilo tem seguros, ~~eteetc.~~, não é só o transporte e o convívio na quinta, a Câmara Municipal aumentou o apoio às festas populares, as festas populares são o maior encargo da Junta da Junta de Freguesia, é uma opção política, do Presidente da Junta, é evidente a Junta não é obrigada a substituir-se à igreja para fazer as festas religiosas, é o que acontece com a Festa de São Cristóvão, é o que acontece com as festas de São Caetano, é o que acontece com a Festa de Santo Ovídio, mas é a Junta que paga tudo, portanto é a Junta que paga tudo, dentro da igreja e fora da igreja, se não for a Junta, tirando a decoração da igreja de Santo Ovídio, tudo o resto é a Junta que paga na Festa de Santo Ovídio, nas festas de São Caetano e na Festa de São Cristóvão é tudo pago pela Junta de Freguesia, como também damos um apoio, que é um apoio quase decisivo para que se faça a Festa de São Pedro de Vilar do Paraíso e a Festa da Alameda do Cedro é outra festa que só se faz porque é a Junta de Freguesia que a promove, é uma opção política e não faz parte das competências da Junta organizar festas religiosas e substituir-se às igrejas nesse sentido, agora a nossa opção justifica-se pelo facto de nós sermos uma Freguesia muito urbana em que os movimentos cívicos que normalmente sustentam a organização de festas populares são mais difíceis de nascer em relação a freguesias urbanas e freguesias rurais, onde as tradições têm um peso muito forte, mais forte que no meio urbano e a Junta de Freguesia vai promovendo estas festividades. A Câmara Municipal em 2018 atribui um subsídio muito maior que tinha atribuído anos anteriores e ajudou-nos a diminuir o prejuízo que temos com as festas populares, portanto o nosso esforço, vai, não só no sentido de adotar boas práticas de gestão, até porque na decorrência da união de freguesias e do que foi a inspeção do Tribunal de Contas às contas da ex-junta de Mafamude e às contas da ex-Junta de Vilar do Paraíso, nós fomos obrigados, no mandato anterior em introduzir um conjunto de normas de gestão e de avanços na gestão que hoje nos permite gerir a Junta de Freguesia com outra eficácia, fizemos um upgrade muito grande daquilo



que é a cultura de gestão da Junta de Freguesia, mas permitiu-nos de tornar a gestão muito mais eficaz, isso também nos ajuda muito a tomar as nossas decisões, portanto, resumindo, nós estamos conscientes que cumprimos aquilo que foi o Plano de Atividades, cumprimos, também, já parte do nosso Programa Eleitoral, mas o Relatório de uma Conta de Gerência, tem que reproduzir aquilo que de facto aconteceu, portanto, nós não podemos ser criativos quando apresentamos o Relatório e Contas, temos que relatar aquilo que aconteceu e obviamente que temos consciência que aquilo que aconteceu vai de encontro aquilo que foi o Plano de Atividades e vai de encontro também aquilo que são as boas práticas de gestão e o facto de termos prometido um saldo corrente, ou seja a diferença entre a receita e a despesa corrente ter sido de 120 mil euros, diz bem daquilo tudo que eu acabei de explicar, conseguimos fazer uma poupança de um investimento em cerca de 120 mil euros, foi isso que permitiu fazer as obras que também fazem parte aqui do Relatório de Contas.

- **Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia:** Não havendo mais nenhuma inscrição passou de seguida à votação.
- Discussão e Votação dos Documentos de prestação de contas do ano de dois mil e dezoito, ao abrigo da alínea b) n.º 1, artigo 9.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovado. A favor - 17 votos (11 PS + 5 PSD + 1 CDS/PP); - Abstenções – 3 votos (2 BE + 1 CDU).

#### **4.1 Discussão e Aprovação da 1ª Revisão ao Orçamento de 2019, ao abrigo da alínea a) n.º 1 do artigo 9º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.**

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** O saldo de gerência da gestão que acabamos de aprovar é de 11.802,38€, sendo que a junta tem que incorporar na gestão do ano seguinte, que é o ano de 2019, do ano corrente. Disse que é necessário decidir onde alocar essa receita. A opção da junta recaiu por alocar uma pequena parte na aquisição de equipamento administrativo, por exemplo a Colónia de Férias Juvenil, é um serviço que a Junta vai prestar a partir de segunda feira e vai mobilizar um conjunto de funcionários para este serviço, mas, também temos que adquirir equipamento e material para prestar o serviço, isto é um exemplo daquilo que é a imposição de despesa que é determinada pelos serviços que prestamos, como também o posto de atendimento que abrimos em Cabo Mor, tivemos que investir em equipamento administrativo, portanto é uma rubrica que precisa de um reforço de 2000 euros, que neste momento a dotação atual é zero no Orçamento e passa a ter uma dotação de 2000 euros, como também, e o resto é para outra rubrica e portanto, eu quero relembrar que a incorporação do saldo de gerência é para isto, é para rubricas de investimento, temos que pegar no saldo de gerência e aloca-lo a rubricas de investimento, por isso as rubricas são o 07 e a grande parte do saldo de gerência é para a rubrica – ruas, arruamentos e obras complementares, ou seja, vai quase tudo para requalificação de passeios.

- **Elsa Ludmila Dias da Silva (CDU):** Relativamente à 1ª Revisão do Orçamento de 2019, reparamos que foi criada uma nova rubrica, aquisição de equipamento administrativo, à qual foi atribuída uma verba de 2000 euros, gostaríamos de saber a que equipamentos correspondem. Na modificação orçamental, notamos que há uma transferência de 25.000 euros da rubrica 01.01.03, para uma rubrica nova 04.08.02.01, Programas ocupacionais, gostaríamos de saber a que se refere esta rubrica nova, uma vez que já não existem POC, mas sim, CEI. Relativamente à rubrica nova, 020208 – Locação de outros bens, gostaríamos de saber a que bens se refere.

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** A diminuição da verba do quadro de pessoal, faz-se, porque no Orçamento que fizemos, verificámos que tínhamos aqui uma verba a mais do que aquilo do que vai ser exigido, nós não podemos diminuir verbas, as modificações não se podem operar se vierem a prejudicar dotação, da rubrica até ao final do ano, nós não podemos agora ir à rubrica pessoal dos quadros diminuir o valor de 325 mil euros, tirando 25.000 euros, se soubermos que isso fará falta nessa rubrica até ao dia 31 de dezembro, deste ano. Foi verificado que a rubrica tinha um valor acrescido de 25.000 euros, que se não for afeto a outra rubrica de despesa, é perdido no Orçamento, portanto, as modificações orçamentais são atos de boa gestão, significando que a Junta está a acompanhar a execução de todas as rubricas, quer na receita, quer na despesa de forma a que possamos mobilizar, em todas as rubricas das despesa, verbas que não fazem falta a e essa rubrica, para poder afetá-las a outras rubricas. Os programas ocupacionais, nós não temos POC's mas temos contratos de emprego inserção, temos quatro contratos de emprego e inserção mais, temos quatro contratos de emprego de inserção, temos um contrato de emprego inserção com uma pessoa portadora de deficiência que é, digamos que um contributo que a Junta de Freguesia dá, no âmbito da sua responsabilidade social na colaboração com o Instituto de

Emprego e Formação Profissional, portanto, nós temos verdadeiramente cinco contratos de emprego e inserção e optamos por fazê-lo, porque nós temos picos de trabalho, o nosso pessoal é insuficiente em determinadas alturas do ano e temos que recorrer a estes programas, depois, equipamento administrativo, tem a ver com a renovação do contrato das fotocopiadoras, porque as fotocopiadoras que temos, não são da Junta de Freguesia, há muitos anos que não são da Junta de Freguesia e a Junta de Freguesia não tem capacidade orçamental para substituir o seu parque das fotocopiadoras, por equipamentos novos, portanto fazemos um contrato de aluguer de equipamentos que se vão renovando ano, após ano, desculpe, de x em x anos, este caso concreto é um equipamento que até é dos mais pequenos que temos, por exemplo, agora aprofundando o tema, um dos fornecedores da anterior Junta de Freguesia de Mafamude, faliu, forneceu à Junta de Freguesia um equipamento, uma fotocopiadora, quando estava a um passo da falência, deixou de fazer a manutenção, no contrato obrigava o fornecedor a ceder os toners, chegamos a uma altura que não podíamos utilizar, julgo que ainda te lembras disso, conseguimos, a muito custo, convencer essa empresa a ceder a posição contratual a outra empresa, porque tínhamos o equipamento parado e andávamos a tirar fotocópias fora, portanto, foi um período horrível que vivemos e portanto optamos por uma solução de cedência de posição contratual que resolvemos e portanto visto que a Junta de Freguesia não tem capacidade orçamental para comprar equipamentos daqueles a pronto pagamento, teve que rever esta solução de aluguer, viadutos, arruamentos e obras complementares, é para investir na via pública, portanto é uma verba que permite arranjar ou construir poucas dezenas de metros de passeios.

- **Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia:** Não havendo mais alguma inscrição para este ponto e como faltam pessoas que tiveram que ir tirar os veículos, passamos de imediato ao ponto seguinte, quando as pessoas chegarem, procedemos à votação.

#### **4.2 Apreciação do Inventário e bens patrimoniais da Junta de Freguesia, ao abrigo da alínea b), nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.**

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** Este documento é bem ilustrativo daquilo que foi o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia, porque esta também foi uma das determinações do Tribunal de Contas, passou por construirmos um inventário muito completo, o mais completo possível dos bens da Junta de Freguesia, bens patrimoniais, quer móveis, quer imóveis, quer equipamento administrativo, quer material administrativo e o trabalho foi desenvolvido durante dois anos pela Junta de Freguesia, evidenciamos este trabalho junto do Tribunal de Contas e merecemos um elogio do Tribunal de Contas, porque todas as suas recomendações foram acatadas pela Junta de Freguesia com sucesso, esta foi a que demorou mais tempo, basta ver pelo número de páginas que aqui temos, foi um trabalho que é fundamental para que um eleito, um representante da Assembleia de Freguesia tenha a noção daquilo que é o património da Junta de Freguesia. Eu fui Deputado municipal, ainda sou, por inerência, mas quando era eleito diretamente, nunca me dei ao trabalho de ler todo o inventário do município, seria inglório por um lado, por outro lado muito fastidioso, mas acima de tudo não era eficaz. Eu preocupava-me em ver os grandes bens móveis e imóveis do município e ver a evolução face ao inventário do ano anterior e, portanto, o que aqui está, reflete na íntegra aquilo que a generalidade do património da Junta de Freguesia. Disse admitir que possa haver um agrafador, um candeeiro ou outro elemento que não esteja no inventário, embora isso também tenha que fazer parte do inventário. Garantiu que todos os bens móveis, imóveis estão todos, bens móveis de grande valor, de médio valor e de pequeno valor, médio e grande valor estão todos. Disse que os bens de grande valor estão todos. Há um trabalho e aproveitando a boleia do inventário fora do património, há um trabalho que a Junta de Freguesia está a desenvolver por imposição legal e também por insistência do município, para todas as juntas de freguesia que é o seguinte: nós temos muito património que é utilizado pela Junta de Freguesia, que no senso comum a propriedade está atribuída à Junta de Freguesia, mas que, não está registado em nome da Junta de Freguesia e portanto, desde polidesportivos, parques infantis, edifícios que são utilizados pela Junta de Freguesia, por exemplo aquele espaço onde funciona o balcão dos CTT aqui em Vilar do Paraíso e onde o primeiro andar está hoje a Confederação Nacional de Pais, é um edifício que toda a gente diz que é da Junta de Freguesia, mas é falso, o edifício nunca foi da Junta de Freguesia de Vilar do Paraíso. Esse edifício é da Câmara Municipal e só agora é que vai ser da Junta de Freguesia, por contrato de comodato. A Câmara podia despejar a Junta de Freguesia, sendo que tal obviamente nunca esteve nos planos da Câmara. Importa, no entanto, frisar que só agora vai passar para a Junta de Freguesia, como património. Não vai ser uma doação nem uma

alienação, vai ser por contrato de comodato, para legitimar a ocupação do espaço. Referiu esta situação a título de exemplo de bens que as pessoas atribuem à Junta de Freguesia, como proprietária do espaço, do edifício, quando tal não é assim. Outro exemplo é o Horto de Mafamude que é, uma vez mais da Câmara, mas é que utilizado há muitos anos pela Junta de Freguesia, estando agora a tentar regista-lo em nome da Junta de Freguesia. O TEP não é da Junta de Freguesia, o logradouro é da Junta de Freguesia, o edifício onde está o TEP não é da Junta de Freguesia, mas a Junta de Freguesia é que paga a conta da água ao TEP, desde que o TEP foi para lá. A conta da água é minúscula, isso até é uma boa evidência que a Junta é que utiliza o espaço, portanto vamos também regista-lo em nome da Junta de Freguesia. Há muitos exemplos. Os cemitérios, o de Vilar do Paraíso, já está em nome da Junta de Freguesia, mas só está desde 2015, tem mais de cem anos certamente, mas só a partir de 2015 é que ficou em nome da Junta de Freguesia. O de Mafamude fez cem anos, em agosto de 2017, fez cento e dois anos em agosto de 2019. Esta situação foi uma cultura comum a todas as autarquias do país. Disse não pretender criticar politicamente ninguém, tão só a fazer uma análise crítica, mais num plano técnico. Exemplificou também com muitas coletividades, que nunca registaram o seu património, durante décadas e todos nós temos certamente conhecimento de alguma situação parecida. Referiu que a Junta possui o parque automóvel que é conhecido, não é de grande valor, mas está aqui no inventário, temos alguns bens móveis que começamos a registar na Junta de Freguesia e há um caminho ainda a fazer para que todos os edifícios e espaços. Referiu o Parque de São Caetano. O Parque de São Caetano foi cedido em direito de superfície à Câmara Municipal, mas nem todo o Parque de São Caetano está em nome da Junta de Freguesia, todos os espaços que são utilizados pela Junta de Freguesia e que o senso comum há décadas que tem a certeza que são da Junta de Freguesia e todos os edifícios são usados pela Junta de Freguesia ou para polidesportivos ou para parques infantis ou para serviços, secretarias ou balcões do CTT, parte desses edifícios, parte estão em nome da Junta, outra parte não estão e, é, essa outra parte que nós estamos agora a tentar registar em nome da Junta de Freguesia, o que demora tempo, é um trabalho de back office e invisível, só quem não tem experiência disto, sabe dar valor e tem seus custos, tem custos administrativos e portanto à boleia do inventário, gostaria de deixar aqui esta informação.

- **António José da Silva Pereira (PSD):** Sugeriu, se fosse possível, que em vez de enviarem um grande volume de folhas, em letras muito pequeninas, fizessem, como já fizeram, paralelamente, mandar um cd ou uma pen pequenina, agora aquilo é irrisório, se calhar até fica mais barato que as fotocópias, e nós consultamos.

- **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia:** Fica registado o comentário.

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** Do ponto de vista da Junta de Freguesia, consideramos que é uma excelente ideia, porque, posso dizer na Assembleia da República não há papel, é tudo em formato eletrónico, toda a documentação circula em formato eletrónico, é evidente que estamos a falar de um documento que tem pouco interesse político e por isso também reduzimos o consumo e para além disso é um incentivo à amiga do ambiente.

- **Elsa Ludmila Dias da Silva (CDU):** Começou por concordar com a proposta do Sr. António Pereira (PSD) até porque no ano passado foi entregue em CD. Eu ia começar por fazer uma pergunta, que já foi respondida, que era saber se todos os bens estão registados, pelo menos os importantes. Tendo o Sr. Presidente dito que sim, questionou porque não estão valorizados, sendo o montante global líquido de apenas vinte e seis mil e quinhentos euros. Deu como exemplo os edifícios que não estão valorizados, questionando o porquê de tal situação.

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** Os valores que aqui estão, não são os valores do mercado, são os valores matriciais, das finanças, são valores muito reduzidos. A junta não pode arbitrar os valores. Disse que as autarquias colocam sempre o valor matricial.

- **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia:** Não havendo mais nenhuma questão sobre o inventário, é colocado a votação a primeira revisão orçamental

- Discussão e aprovação da 1ª Revisão ao Orçamento de 2019. Este ponto 4.1 foi aprovado. A favor – 18 votos (12 PS + 5 PSD + 1 CDU + 1 CDS/PP); Abstenções 2 votos (2 BE).

Não havendo mais a tratar no presente ponto, deu a palavra ao senhor presidente da Junta para apresentar o relatório elaborado no âmbito do Estatuto do direito de oposição

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** O Relatório é factual e informativo dispensando a apresentação.

- **Elsa Ludmila Dias da Silva (CDU):** A CDU congratula-se pelo facto de pela segunda vez este Executivo apresentar um relatório do cumprimento do estatuto do direito de oposição, apesar de já estar legislado desde 1998, não era hábito ser feito. Quanto ao seu conteúdo, queremos apenas alertar mais uma vez, porque já o fizemos na reunião preparatória, para o facto de na sua redação não haver consistência na forma de identificação das várias forças políticas, sendo umas identificadas pela sua designação por extenso, outras apenas pela sigla e outras das duas formas, na nossa opinião o mais simples e correto, seria por exemplo a utilização apenas das siglas.

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** Senhor Presidente, sinceramente é um pormenor que nos leva ao cuidado de no próximo ano identificarmos as forças políticas ou partidárias ou por extenso em todo o texto ou por siglas em todo o texto, até pensei que quando pedi a palavra, eu até pensei, o que me ocorreu de imediato, é que viesse protestar para o facto de estar aqui CDU e não PCP, mas em todo o caso na próxima vez tentaremos por tudo em siglas ou tudo por extenso.

- **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia:** Entendo que pelo silêncio da Assembleia que não haja mais nenhuma inscrição, passaremos de imediato ao seguinte ponto da ordem de trabalhos, propondo que os mesmos sejam discutidos e votados em conjunto na medida em que um existe, pelo facto do anterior existir, condiciona a segunda questão, a votação à alteração ao Regulamento dos cemitérios e a votação da alteração ao Regulamento das taxas e licenças.

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** Este ponto tem a ver com o seguinte, no Cemitério, possivelmente no Cemitério de Mafamude, há um grande abuso por parte dos agentes funerários em marcar o funeral para uma hora, por exemplo às 11 e o funeral realizar-se com atrasos, a inumação propriamente dita é feita perto da hora do almoço dos funcionários e muitas vezes os funcionários são obrigados a estar ali durante a hora do almoço, porque ao contrário do que acontece nos outros cemitérios de outras freguesias, os agentes funerários sabem que não têm nenhum custo extra com essa prática, portanto o que propomos aqui, que é o que acontece em muitas outras freguesias, é criar uma taxa de desincentivo, não é uma taxa de penalização, é uma taxa de desincentivo, para que quando um funeral entra na hora do almoço dos funcionários, porque o funcionário para prestar o serviço ao funeral deixa de almoçar e não podemos dizer à família e à agência funerária, vocês na hora de almoço entraram aqui ao meio dia e meia, já não há funeral. Como nunca podemos dar essa resposta e portanto o funcionário tem que trabalhar à hora do almoço, trabalha mais horas do que está determinado naquele dia, porque a hora do almoço é abolida pelo serviço funerário e a única entidade que sai a perder é a Junta de Freguesia e o funcionário, o agente funerário não perde nada com isso, aqui em Mafamude e em Vilar do Paraíso, noutras freguesias perde e por não perderem nada aqui, vão abusando. Os funcionários pediram uma reunião comigo, para me dar conta desta ocorrência, um fenómeno que tem crescido, por abuso dos agentes funerários e pediram à Junta de Freguesia para encontrar uma solução que termine com isto, a solução que nós encontramos, tínhamos duas alternativas em cima da mesa, a primeira já falei há pouco, não é aceitável, quer dizer que o funeral ou se faz até ao meio dia e meia hora ou então não se faz, portanto não podemos deixar à espera ou criar uma taxa de desincentivo que cobramos à agência funerária pelo atraso no funeral e portanto o que aqui está, é que a receção e inumação de cadáveres só pode ser efetuada nos seguintes horários, de segunda a sábado, das nove às doze e das catorze às dezasseis e trinta e domingos e feriados, das nove às doze, os cadáveres que derem entrada no cemitério fora do horário estabelecido, obviamente que fica sempre a autorização do Presidente da Junta, mas o Presidente da Junta autoriza sempre, que seja feita em horário, fora do horário estabelecido com o pagamento da taxa de desincentivo que vem aqui nos quadros em anexo, cujo articulado também está aqui em anexo. Eu queria aproveitar para falar de um tema que foi notícia de jornal, que tem a ver com um cidadão que disse que a Junta de Freguesia roubou o jazigo da família, foi um disparate de umas informações, tem a ver com o facto, é

impossível gerir um cemitério como o de Mafamude permitindo que as pessoas abandonem os jazigos há mais de dez anos, sem lá pôr os pés e a Junta de Freguesia não estar atenta a isso, porque em pouco tempo o cemitério fica outra vez lotado e o que nós fazemos desde dois mil e catorze, é fazermos a verificação das ossadas ou seja as exumações, portanto a Lei determina que passados x anos após a inumação a Junta de Freguesia pode fazer a exumação de cadáveres, verificar se o cadáver ainda está em decomposição e se tiver continua sepultado ou se o cadáver seu ossada, isto no geral, não estou a falar de jazigos privados, se o cadáver deu ossada, remove-se a ossada para o ossário geral, aqui a família não paga nada ou vai para uma gaveta, chamada ossário e a família paga um determinado valor que está na tabela, no Regulamento que nós aprovamos, isto permite que as sepulturas vagas, estejam sempre na mesma ordem de valor, ou seja entre 15 a 30 sepulturas sempre de vago, quando cheguei à Junta tínhamos lá uma, duas e felizmente não houve naquele período o numero normal de funerais se não tínhamos que explicar às famílias que os seus entes queridos não podiam ser sepultados em Mafamude como acontecia antigamente. Para além disso há proprietários de jazigos privados, que os abandonam e a Lei determina que se a Junta de Freguesia verificar que há jazigos abandonados há mais de dez anos, e o que é abandonado, é não haver qualquer evidência por parte da Junta e dos seus funcionários que aquele jazigo apesar de ser particular é mantido pela família, a Junta de Freguesia notifica a pessoa, a família, três vezes por envia postal, é o que determina a lei, três vezes, coloca um anuncio no jornal de noticias, coloca um anúncio no Gaiense e coloca um edital durante sessenta dias no jazigo, questiona os funcionários e se ninguém responder, nem às cartas, nem aos anúncios, nem ao edital no jazigo e se os funcionários testemnharem, confirmarem que de facto está abandonado, a Junta reclama a propriedade do jazigo e fica com o jazigo, já fizemos isto algumas vezes, não muitas vezes, porque felizmente nem todas as famílias abandonam os jazigos, isto aconteceu com aquela pessoa em concreto, não era com a pessoa, aliás aquele jazigo, aquela família era obrigada a fazer a habilitação de herdeiros em 1975, excecionalmente a Junta de Freguesia de Mafamude, permitiu-lhes fazer o funeral em 2006, com a promessa em 2006 de fazerem a habilitação de herdeiros, que nunca fizeram, prometeram, mas nunca foram à Junta apresentar a habilitação de herdeiros, porque nós, eu só posso autorizar como Presidente de Junta, que o funeral se faça no jazigo particular, não porque me dizem, o jazigo é meu, não posso fazer isso, mostrem-me a habilitação de herdeiros, é uma responsabilidade enorme, portanto não posso permitir a qualquer custo, mas a família nem tinha a habilitação de herdeiros, nem sabíamos se eram os herdeiros daquele jazigo, abandonaram-no durante 11 anos, nós deixamos passar um ano, portanto foi ao fim de 11 anos e 6 ou 7 meses é que reclamamos a posse do jazigo, obviamente que, quando a pessoa de um familiar morreu, eles acharam que eram donos do jazigo, quando foram à Junta a Junta explicou-lhes isto, eles não aceitaram a resposta, fizeram queixa a um jornal, o jornal fez a noticia que fez, deu a explicação diferente da explicação da Junta e excecionalmente o Regulamento permite ao Presidente da Junta, decidir sobre situações omissas e eu perante a circunstancia da pessoa ter que ser sepultada naquele dia, há aqui um aspecto muito importante, é que a pessoa nenhum deles é de Mafamude e Vilar do Paraíso, são de Oliveira do Douro, não tem nada a ver com Mafamude e Vilar do Paraíso, e portanto, para o caso eu acho que isto importa, mas para que a pessoa não ficasse sem sitio para ser sepultada, permiti que fosse sepultada na secção do geral, na secção geral onde estão noventa por cento das pessoas que foram sepultadas em Mafamude, a noticia disto é que foi para uma vala comum, a jornalista não sabe distinguir do geral de uma vala comum, a questão é que, eu tive a ocasião de consultar a noticia online, foi muita gente não só a defender a Junta de Freguesia, mas muita gente do resto do País a dizer que é uma coisa normal fazer a posse administrativa dos jazigos abandonados, mas isto é o custo que eu tenho que assumir politicamente de gerir um cemitério que está sempre perto de ficar lotado e não tivermos o cuidado e o rigor nos atos de gestão do cemitério, o cemitério fica automaticamente lotado, para terem uma ideia, nós temos dias de temos dias de cinco funerais em Mafamude, se naquela semana, naquelas semanas não há cinco num dia, três no outro, em duas semanas fazemos ali rapidamente 20 funerais, se nós não temos exumações nessas semanas aquilo fica lotado automaticamente, portanto os jazigos que nós até hoje reclamamos, não chegaram a dez, são jazigos de famílias que abandonaram os seus jazigos, portanto e até hoje foi a primeira pessoa que achava que ainda tinha razão, eu percebo que nessas alturas as pessoas depois não tenham como se justificar perante a família ou não sabem como é que podem sair dessas situações e reagem dessa forma, embora que, a Junta foi ao cemitério explicar à família de manhã, recebemo-los da parte da tarde, explicou-se tudo, mostrou-se a lei, os documentos todos, mas pronto, havia ali uma certa insistência de que uma vez comprado era vitalício, aquilo era uma concessão, não é uma venda, as pessoas não sabem a diferença e acontece isso, a alteração que estamos a fazer não tem nada a ver com o caso, eu aproveitei a boleia desta alteração para explicar o caso.

- **Elsa Ludmila Dias da Silva (CDU):** A minha intervenção é relativamente à alteração ao Regulamento de Taxas e Licenças e não ao Regulamento dos Cemitérios. Ao analisarmos os documentos reparamos que os valores constantes na tabela de taxas, resultam, supostamente de uma fundamentação económica e financeira que é legalmente exigível, contudo a justificação económica, não é clara, parecendo até faltarem elementos, por exemplo no artigo 21º encontramos vários erros, tanto ao nível da coluna total como da coluna d, outra dúvida com que nos deparamos, foi o valor de remuneração por hora, respeitante a sepultura não recenseados, porque é que este valor é inferior aos outros? Ainda na linha relativa jazigos de 1 covato, parece-nos haver um erro na coluna total, em que constam dois mil quinhentos e setenta euros e cinquenta cêntimos e, deveria, na nossa opinião constar mil quinhentos e setenta euros e cinquenta cêntimos.

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** Portanto, foi dois erros que encontrou?-----

- **Elsa Ludmila Dias da Silva (CDU):** Não, são dois, se reparar na coluna total, quase todos estes valores, pelo menos os primeiros até capela, taxa de desincentivo, parecem-nos estar errados e na coluna D, portanto da taxa de desincentivo, pensamos, também, pelas nossas contas, que, pensamos tê-las feito bem, porque não há aqui a formula com que as contas são feitas, pensamos estarem erradas, também, por exemplo posso dizer que, segundo as nossas contas, na sepultura recenseados taxa de desincentivo, portanto, segunda linha consta 92,55€ no total e pelas nossas contas deveria ser 61,7€, sendo a taxa de desincentivo que aqui consta de 0,65, não entendemos como é que se chega a estes valores, na nossa opinião para chegar aos 92,55€, sobre os 61,7€, deveria ser uma taxa de desincentivo de 1,5, e acontecendo o mesmo com as outras.

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** Não tenho agora, tempo para fazer estas contas outra vez, para dizer se de facto há aqui algum erro de calculo, comprometo-me a fazer isto, mas, noventa por cento daquilo que disse, não sofre alteração, já faz parte da tabela que foi aprovada na Assembleia de Freguesia. A única alteração, é a que diz respeito à taxa de desincentivo, que neste caso estamos a criar para atrasos nos funerais, e que produziu alterações na tabela. O resto mantém-se. Dito de outra forma, a tabela que está em vigor, é aquela que aqui está, com o Regulamento e a justificação económica, sendo que a única alteração que se está a fazer, no artigo 21º no quadro nos cálculos que falou, as únicas alterações que fazemos aqui são na segunda linha, onde diz sepulturas de recenseados taxas de desincentivo. Esta foi a única alteração que fizemos e mais jazigos, taxas de desincentivo e capela, tudo o que diz taxa de desincentivo, são três alterações que fazemos. O resto dos valores já fazem parte do Regulamento e da Tabela que foi aprovada na Assembleia de Freguesia. A única alteração que fazemos aqui neste quadro tem a ver com a criação da taxa de desincentivo, para sepulturas, jazigos e capelas de funerais que são realizados fora do horário estabelecido. Tudo aquilo que identificou, como erros de calculo, não faz parte da votação que estamos a fazer, não fazendo parte, das duas, uma, ou tem razão e nós temos que corrigir os cálculos, embora não seja isso que está a ser votado nem debatido, não faz parte da ordem de trabalhos ou estão certos, mas eu para lhe poder responder isso, preciso de o fazer na próxima semana e vou fazer isso e depois mandamos um email para os representantes da Assembleia de Freguesia e se tivermos de retificar, retificamos numa próxima Assembleia de Freguesia.

- **Elsa Ludmila Dias da Silva (CDU):** E relativamente aos que estamos a votar hoje e que eu aqui aponte.

- **Senhor Presidente da Junta de Freguesia:** O valor que tem que levar em consideração é sempre o tsf, a última coluna, é o valor que é votado aqui hoje, o 92,55€, nas Sepulturas - taxa desincentivo, o jazigo - taxa de desincentivo, 106,42€ e a capela - taxa desincentivo - 120,30 €, são os três valores que estão a ser votados. Atualmente um serviço fúnebre que seja feito dentro do horário estabelecido para uma sepultura, paga 61,70€, se vier fora do horário, paga mais cerca de 31€, um acréscimo de cerca de 31€, se um funeral para um jazigo particular, for feito dentro do horário estabelecido, paga 70,95€, atualmente, se vier fora do horário, deixa de pagar 70,95€ e paga mais cerca de 36€, paga 106€, para a capela, atualmente paga 80€, se vier fora do horário paga mais 40€, paga 120€. Disse que o se está a discutir e a votar é uma taxa de desincentivo para os funerais que são feitos fora do horário, que chegam depois do meio dia e que obrigam os funcionários a não almoçar e tem sido recorrente porque as agências funerárias sabem que Mafamude e Vilar do Paraíso é das poucas

juntas que não tem nenhuma penalização para este tipo de situações. Disse que numa reunião que estabeleceu com os funcionários dos cemitérios, estes colocaram esta questão, pedindo para que a Junta resolvesse. Para dar seguimento a esse pedido só havia uma forma: ou o portão era fechado ao meio dia e meia, não havendo funeral, ficando os cadáveres fora do cemitério, o que não seria o mais acertado, ou era criada uma taxa de desincentivo.

- **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia:** Não havendo mais inscrições colocou a votação as duas propostas de alteração aos regulamentos existentes, com as notas que foram dadas nesta última intervenção pelo Senhor Presidente da Junta.

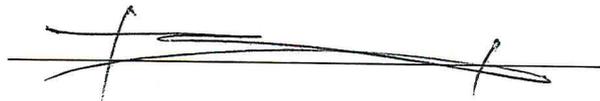
- 4.4 Discussão e Votação da Alteração ao Regulamento dos Cemitérios, aprovado por unanimidade.

- 4.5 Discussão e Votação da Alteração ao Regulamento das Taxas e Licenças, aprovado. A favor – 17 votos (11 PS + 5 PSD + 1 CDS/PP); Abstenções 3 votos ( 2 BE + 1 CDU).

Em relação ao ponto 4.7, como eu expliquei no início da sessão, dada a contingência de termos realizado uma reunião da segunda sessão, da reunião que foi agendada para Dezembro, acerca de quinze dias, não justificar a realização deste ponto.

- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente, Eng. Tiago Braga, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, eram pelas 00 horas e 55 minutos vinte, do dia 6 de abril, da qual se lavrou a minuta da presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Carla da Silva Machado, primeira secretária, que a elaborei e subscrevo.

O Presidente da Assembleia de Freguesia,



Carla da Silva Machado



### **Sobre o direito a transporte público mais barato e acessível**

A criação em 1976 do “passe intermodal” foi das muitas medidas de profundo alcance social resultante da Revolução de Abril.

Resultado de um processo transformador iniciado ainda em 1975, foi um elemento decisivo, juntamente com a criação dos transportes públicos, para a promoção da mobilidade das populações e para contenção dos preços dos transportes na Área Metropolitana de Lisboa.

A sua criação contribuiu, sem dúvida alguma, para reduzir os gastos familiares fixos com transportes e melhorar a mobilidade das populações, permitindo a sua participação social e o usufruto das actividades culturais, sem despesas de deslocação adicionais.

Por outro lado, contribuiu igualmente para melhorar a rentabilidade em todas as empresas de transporte público, que obtiveram mais passageiros transportados por captação de novos utentes, melhor taxa de ocupação da frota e maior velocidade comercial.

Mas o “passe social intermodal” foi sendo posto em causa pelas políticas de transportes dos Governos que se seguiram, as quais:

- Promoveram políticas que atiraram as pessoas cada vez mais para as periferias;
- Estabeleceram clara prioridade ao transporte individual, designadamente ao automóvel, sem resolver os problemas dos transportes e até agravando-os;
- Não favoreceram os necessários investimentos em infra-estruturas e em frota nos transportes públicos, o que se traduziu em degradação da qualidade, redução da velocidade comercial e redução de passageiros;
- Procederam a privatizações de empresas de transportes, que eliminaram a

# **ANEXOS**

validade dos passes ou criaram outros passes que amarravam o passageiro a uma empresa;

- Aumentaram o custo dos passes, bem como o dos bilhetes e pré-comprados.

Face a tal degradação, em Abril de 1997 - há já 22 anos - o PCP apresentava o Projecto de Lei 294/VI, que visava confirmar o "passe social intermodal" como título nos transportes colectivos de passageiros e alargar o seu âmbito geográfico na Área Metropolitana de Lisboa.

Durante a sua discussão e votação o PCP salientou que, para além de se pretender salvaguardar o "passe social intermodal" dos ataques e limitações a que há muito vinha sendo submetido, se visava a *"adoção de uma política de prioridade inequívoca aos transportes públicos"*, e para que o passe social intermodal pudesse *"no futuro, ser estendido correctamente a outras regiões"*.

O voto contra do PS, e a abstenção do PSD, ditaram a derrota dessa proposta.

Sem baixar os braços, o PCP voltaria sucessivamente a apresentar a proposta em 2000, através do Projeto de Lei 316/VIII; em 2003, com o Projeto 246/IX, a que se juntou o 247/IX, de criação do passe social intermodal na Área Metropolitana do Porto; em 2004, com o Projeto de Lei 491/IX; em 2005, com os Projetos de Lei 56/X e 57/X; e em 2011, com o Projeto de Lei 67/XII.

Em todos os casos, sem sucesso.

Mas isso não fez vacilar a nossa determinação: em 2016 voltou-se a insistir na proposta, através dos Projetos de Lei 250/XIII e 286/XIII, que de novo viriam a ser derrotados, agora pelos votos contra de PSD, CDS, BE e PS.

Mas finalmente, vinte e dois anos passados sobre o Projeto de Lei 294/VI, fruto do esforço e insistência do PCP, dos autarcas da Área Metropolitana de Lisboa, e da luta das populações, a consagração de um “Programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos” (PART) na Lei do Orçamento do Estado para 2019 veio constituir um avanço de inegável significado em matéria de transportes.

Apesar de subsistirem diferenças relevantes, saudamos o facto de outras forças políticas, que votaram contra as propostas do PCP ao longo dos anos e tão recentemente como 2016, tenham repensado a sua posição e agora apoiem esta relevante medida de democratização da mobilidade, como ficou patente nos discursos de autarcas do PS, mas também do PSD.

Não se trata apenas de um enorme passo na garantia ao direito à mobilidade e ao uso do transporte público: é também uma medida de grande alcance e importância para os trabalhadores, e a população em geral, com repercussões directas nos seus rendimentos.

O PCP orgulha-se de, com a sua intervenção ao longo de anos e a par com a luta dos utentes, sempre acompanhado pelo PEV, parceiro na CDU - Coligação Democrática Unitária, ter sempre perseguido este objectivo, em particular nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, onde se concentra a maior quantidade de deslocações pendulares.

Mas como também se sublinhou, desde o primeiro momento em que ganhou forma e concretização este objectivo, esta é uma medida que tem de ser alargada a todo o País.

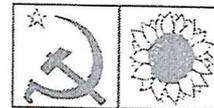
Foi nesse sentido que o PCP interveio na discussão do Orçamento do Estado para

2019, tendo proposto e visto aprovado um reforço de 21 milhões de euros à verba inicialmente inscrita, bem como uma explicitação mais clara da abrangência nacional desta medida. Um valor que representa cerca de 0,13% da despesa pública, mas que beneficia milhões de portugueses.

Mas não estamos satisfeitos. Há que ter presente:

- que os avanços nesta matéria têm sido desiguais e se registam atrasos, nomeadamente no alargamento do “Andante” aos operadores privados, a implementação do passe gratuito para menores de 12 anos, ou a do “passe família”, entre outros;
- que há muitos Municípios que não estão agrupados em Áreas Metropolitanas ou em Comunidades Intermunicipais mas que devem igualmente participar desta inovação;
- o facto de o PART não contemplar diversas situações de ligações pendulares;
- e ainda que é necessário que se “garanta a equidade entre as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e o restante território nacional” tal como previsto naquele Programa.

**Solidarizamo-nos**, por isso, com os Municípios que não são ainda abrangidos pelo PART, no sentido de rápida correcção dessa lacuna; **apelamos** a que a Área Metropolitana do Porto diligencie no sentido de haver uma redução de preço também nos tarifários de movimentações pendulares entre a AMP e outros municípios ou comunidades intermunicipais; **juntamos** a nossa voz às populações que reivindicam o aumento da oferta intermodal de transportes.



Mais ainda: **exigimos** da Administração Central, e do Governo em particular, medidas que visem **consagrar** em legislação o regime de redução tarifária agora inscrito apenas em Lei de Orçamento de Estado; **garantir** que o Orçamento de Estado para 2020 **consolide e amplie** os montantes afectos ao PART, quer por via da sua correspondência à **anualização** da medida (em 2019 a dotação leva em linha de conta a sua entrada em vigor no máximo a partir de Abril), quer por via do **reforço** real de meios financeiros; o **reforço** da oferta ferroviária, no imediato pela contratação de trabalhadores que assegurem a partir da EMEF a reparação de material circulante, e a médio prazo pela **aquisição** de comboios, eletrificação, modernização e expansão da rede; e demais medidas que permitam cumprir plenamente o que estipula o artigo 65 da Constituição, quando refere que incumbe ao Estado garantir “a existência de uma rede adequada de transportes”.

Mafamude e Vilar do Paraíso, 5 de Abril de 2019

Pe’A CDU,



(Elsa Silva)

Antecipando o aumento da frequência do metro na Avenida da República este é o momento de reavaliar as opções do passado. Nomeadamente o desvio de trânsito, para o trânsito que desce a Avenida da República, junto da estação D João II. A opção de obrigar o trânsito a contornar, aquele que será o futuro parque de estacionamento da estação D. João II, implica que o trânsito automóvel enfrente mais semáforos enquanto alguns condutores estão condicionados pela passagem do metro. A actual utilidade do espaço da Avenida da República, por onde se sugere que o trânsito volte a descer, é usada por empresas de transporte de turistas e de crianças, assim como pelos pais das crianças da Fundação ali próxima. Posto isto, sugere-se que o trânsito automóvel regresse ao seu curso antigo, voltando a descer a Avenida da República sem desvios.

Vilar do Paraíso, 5 de Abril de 2019



A falta de funcionários levou a que a escola da Junqueira, aqui em Vilar do Paraíso, fosse encerrada no passado mês de Fevereiro.

A escola, com 210 alunos, tem funcionado com um número bastante reduzido de funcionários.

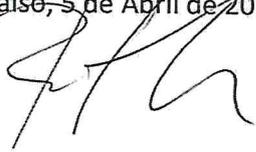
Pela informação, obtida esta semana, a escola está a abrir apenas com uma funcionária, e só por volta das 10h30 é que outra entra ao serviço. Para o encerramento da escola volta a estar apenas uma funcionária. As salas de aula ficam livres para limpeza após as 17h30, período em que se encontra apenas uma auxiliar a trabalhar. A informação recolhida diz que estão actualmente duas funcionárias, com 7 horas, e duas tarefeiras com 4 horas. Uma das funcionárias a tempo inteiro está de atestado.

É indicado que o número de funcionários cumpre as exigências de rácios.

A situação da escola da Junqueira é uma realidade que tem sido acompanhada pelos órgãos responsáveis, e esta semana foi anunciada a contratação de funcionários para as escolas de Gaia.

Contudo, questiono se a Junta de Freguesia tem conhecimento das diligências para que a escola da Junqueira tenha mais funcionários ainda este ano lectivo.

Vilar do Paraíso, 5 de Abril de 2019



As alterações na actual sociedade obriga-nos a uma atenção especial aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente os idosos. São estas pessoas, que, devido à sua condição especial necessitam de protecção especial e reforçada, quer seja em termos de saúde, económicos, sociais, e até mesmo de justiça.

Sabendo-se que a realidade social obriga a que cada vez mais idosos vivam sozinhos ou isolados em situação de fragilidade física, psicológica colocando até mesmo a sua segurança em risco.

Regularmente chegam-nos notícias de idosos em isolamento e solidão que acabam em tragédia.

Perante a realidade, defende-se que seja garantida a existência de mecanismos de protecção e que atendam às particularidades, riscos e fragilidades dos mais idosos. Assim sendo, e no seguimento do que começa a acontecer em muitas autarquias do país, questiona-se:

**1. Estão os idosos residentes nas freguesias de Mafamude e de Vilar do Paraíso, e que vivem sozinhos e/ou isolados, sinalizados pela Junta de Freguesia? Se sim:**

**1.1. Quantos idosos moram sozinhos? E, destes, quantos estão isolados?**

**1.2. Quantos idosos moram acompanhados por outros idosos? E, destes, quantos estão isolados?**

**2. Tem a União de Freguesias algum tipo de apoio aos idosos que vivem sozinhos?**

**3. Tem a União de Freguesias algum protocolo com as IPSS ou Misericórdias para o apoio aos idosos?**

**4. Há falta de residências e lares da terceira idade União de Freguesias? Os que existem são acessíveis à maioria dos idosos?**

**5. Foi desenvolvido, ou tenciona-se desenvolver, ações de sensibilização para que os idosos da União de Freguesias adotem comportamentos de segurança que permitam reduzir o risco de se tornarem vítimas de crimes?**

**6. Caso a União de Freguesias não tenha sinalizados os idosos a viver sozinhos e/ou isolados, qual é a razão? Tenciona efetuar essa sinalização? Se sim, quando?**

Vilar do Paraíso, 5 de Abril de 2019



Assembleia de Freguesia de Mafamude / Vilar do Paraíso  
Grupo do Bloco de Esquerda

### Voto de Saudação Dia Mundial do Teatro - 27 de Março

A efectivação dos direitos culturais constitui uma tarefa fundamental do Estado, a par da efectivação dos direitos económicos e sociais e da promoção do bem-estar, da qualidade de vida da população e da igualdade real, nos termos previstos no artigo 9º da Constituição da República Portuguesa. Os artigos 73º e 78º conferem o direito à cultura como um direito universal, competindo ao Estado a promoção da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos à fruição e criação cultural.

Nos últimos anos de asfixia orçamental nas contas de grande número de autarquias e de desinvestimentos do estado central, muitos destes equipamentos foram mantidos apenas em serviços mínimos, sendo regra de ouro a poupança máxima, ou seja, os cortes em manutenção, trabalhadores, criação e programação. Além disso, estes espaços não contavam com enquadramento legal, nem com regras de financiamento que os permitisse constituírem-se como uma verdadeira rede de serviço público de cultura.

A Assembleia da República aprovou, no passado dia 25 de janeiro, o projeto de lei n.º 1020/XIII/4ª, do Bloco de Esquerda, que "Cria a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses", que irá permitir, de forma gradual e voluntária, o estabelecimento de contratos-programa e partilha de responsabilidades que permitam aos municípios recuperar e dar vida aos seus teatros e cineteatros, respeitando as especificidades locais e a total liberdade e independência do poder local.

O Teatro acontece pelo trabalho em equipa. Os atores são as pessoas que se vêem, mas existe um conjunto espantoso de pessoas que não são vistas. São tão importantes como os atores, e os seus conhecimentos especializados, diferenciados, tornam possível que a produção aconteça. Eles também devem partilhar qualquer triunfo ou sucesso que se espera que venha a acontecer.

O teatro é sem dúvida a arte que mais engrandece o ser humano. Sendo uma arte milenar, é também uma arte contemporânea, que nos conduz às mais íntimas descobertas do ser humano podendo tornar-se numa terapia eficaz para muitos jovens e adultos, nomeadamente com problemas de comunicação (autismo, ansiedades depressões, hiperactividade etc.) O teatro é uma arte abrangente e elementar na construção do ser humano, daí a importância da sua implementação em todas as escolas, nas camadas mais jovens o mais cedo possível, como uma actividade crucial nas aprendizagens. Tal como Dr. Diniz Jacinto, também acreditamos que " a característica essencial do ser humano é a sua imaginação criativa" e que o teatro "é um instrumento extraordinário, dinâmico, rico de cultura e educação, tanto a nível



**Assembleia de Freguesia de Mafamude / Vilar do Paraíso**  
**Grupo do Bloco de Esquerda**

individual como colectivamente, exercendo uma função cívica que é necessário fomentar, estimular e engrandecer."

O teatro dispõe de mecanismos que podem ser utilizados para ajudar a entender e gerir as emoções, reforçar a auto-estima, promover a criatividade e transformar a relação com o mundo que o rodeia, facilitando, o diálogo e a intercomunicação.

O teatro, tem a capacidade de nos fazer rir, chorar mas também nos deve fazer pensar e reflectir.

**Teatro é vida.**

Assim, a Assembleia de União de Freguesias de Mafamude / Vilar do Paraíso, reunida em Sessão Ordinária de 5 de Abril de 2019, delibera:

- A. Saudar o Dia Mundial do Teatro, 27 de Março, pela sua importância no bom desenvolvimento da sua comunidade;
- B. Saudar as companhias de Teatro e as Escolas da União de Freguesias que dão o seu contributo inestimável à população;
- C. Congratular-se com a aprovação deste projeto de lei, e apelar para que a sua implementação e regulamentação por parte do Governo seja realizada de forma célere e favorável para a promoção da vida cultural na União de Freguesias.
- D. Esta saudação deve ser enviada a todas as companhias de Teatro, Colectividades e a todos os Agrupamentos Escolares, que promovem o Teatro e ao Ministério da Cultura e Primeiro-Ministro.

Vila Nova de Gaia, 5 de Abril de 2019

Os Eleitos do Bloco de Esquerda

Paula Militão Valentim  
Tiago dos Santos



Assembleia de Freguesia de Mafamude / Vilar do Paraíso  
Grupo do Bloco de Esquerda

### Voto de Pesar pelas Vítimas do Ciclone IDAI em Moçambique

No passado dia 15 de Março a região central de Moçambique foi atingida pelo Ciclone Idai. Chuvas e ventos fortes foram responsáveis pela subida dos rios, derrocadas e deslizamentos de terras que provocaram a destruição de comunidades inteiras desta região.

São milhares os mortos, feridos e desaparecidos, é imensa a destruição que resulta deste ciclone, são incontáveis os prejuízos económicos.

O auxílio a todas as pessoas atingidas por esta calamidade ainda decorre e demorará muito tempo até que as suas vidas possam voltar a ser o que eram.

A cooperação dos países lusófonos é, nestes momentos, o laço mais forte na união dos povos que tanto cruzam a sua história, cultura e relações sociais e económicas.

Saudamos a intervenção das autoridades portuguesas na prestação de apoio nas operações de resgate e saudamos a solidariedade do povo português na recolha de bens de necessidade imediata para as vítimas.

Assim, a Assembleia da União de Freguesias de Mafamude / Vilar do Paraíso, reunida em sessão Ordinária a 5 de Abril de 2019, delibera:

1. Manifestar a sua solidariedade e o seu sentido pesar ao povo moçambicano, convidando o executivo a cooperar no sentido de prestar toda a colaboração possível e necessária para responder às consequências da tragédia e ajudar na formação de mecanismos que possam contribuir no futuro para minimizar os danos de calamidades desta natureza.
2. Este voto de pesar deve ser enviado à Embaixada de Moçambique.

Vila Nova de Gaia, 5 de Abril de 2019

Os Eleitos do Bloco de Esquerda

Paula Militão Valentim  
Tiago dos santos



**Assembleia de Freguesia de Mafamude / Vilar do Paraíso**  
**Grupo do Bloco de Esquerda**

**Proposta de Recomendação**

Estando cada vez mais em cima da mesa a nível nacional, a problemática das alterações climáticas e meio ambiente, o Bloco de Esquerda recomenda nesta reunião ordinária algumas sugestões básicas que podem sem dúvida consciencializar e alterar o modo de pensar e actuar de todos nós.

Tendo o Sr. Presidente da União de Freguesias, respondido ao Bloco de Esquerda sobre o problema de excesso de população de pombos e passo a citar: “....Transmitiu que iria colocar a questão à Camara Municipal, pois a junta de freguesia não possui estrutura técnica que possa assumir a gestão do problema.....”.

Nesse sentido, pegámos numa das áreas de base do ambiente, Atmosfera – Ruído – Odores – Partículas, que acreditamos que o executivo poderá pôr em prática, considerando estas medidas atenuantes e um começo ao combate dos problemas.

A Assembleia da União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso reunida em Secção Ordinária no dia 6 de Abril de 2019, recomenda que:

- 1) Limpeza e recolhas assíduas da limpeza de mobiliário urbano para lixos domésticos e recicláveis e manutenção dos mesmos;
- 2) Proibição da utilização abusiva de passeios pedonais por comerciantes obrigando os peões a caminharem pela via automobilística;
- 3) Música a ultrapassar o domínio do espaço comercial e acima de tudo ultrapassando os decibéis estipulados por lei;
- 4) Colocação de placas em sítios chave a proibir a alimentação a pombos e gaivotas;
- 5) O executivo elaborar campanhas de sensibilização através de panfletos, redes sociais, revista de freguesia/municipal de forma a consciencializar e alertar os fregueses para os perigos daí resultantes melhorando a qualidade ambiental e saúde pública.

Vila Nova de Gaia, 5 de Abril de 2019

Os Eleitos do Bloco de Esquerda

Paula Militão Valentim

Tiago dos santos

## MOÇÃO: MELHOR ASSOCIATIVISMO MAIS COMUNIDADE

Assembleia da União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso

5 de Abril de 2019

Ex.ma Mesa da Assembleia,

Ex.mo Executivo,

Ex.mos Representantes da Assembleia de Freguesias,

Ex.ma Audiência,

O processo contemporâneo de construção e ação política caracteriza-se, cada vez mais, pelo envolvimento de múltiplos agentes sociais, não se restringindo somente às autoridades governamentais e aos seus representantes, mas com estes colaborando, partilhando objetivos, tarefas e resultados.

As Associações e Coletividades constituem um pilar decisivo na construção da solidariedade e da defesa da cultura popular, contribuindo para o exercício da democracia e cidadania ao desempenharem, como sempre o fizeram, o elemento dinamizador de comunidades, sendo um fator indispensável de transformação e inovação social.

A União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso sempre se destacou das demais freguesias pela sua longa e rica tradição cultural associativa. Se hoje podemos identificar, apoiar e assistir aos mais necessitados e idosos, é porque temos grupos de cidadãos que dedicam o seu tempo e esforço no âmbito da ação social; se hoje nos arrogamos da disciplina, rigor e competição são entre os mais jovens da nossa União de Freguesias é porque temos um corpo associativo forte na área do desporto; o mesmo terá de ser dito em relação à área da cultura e promoção do território, das quais as nossas Associações e Coletividades tanto nos orgulham ao preservarem a nossa identidade cultural, representando as nossas gentes e longe levando o nosso nome.

Contudo, esta tradição associativa padece atualmente da chamada “crise do associativismo” – é um problema global – fruto não só dos novos desafios sociais, do aumento de oferta de entretenimento, da nova ocupação do espaço público, mas também da obstacularização economicista ao seu tão elementar espírito de solidariedade.

Para além da dificuldade de financiamento das suas iniciativas, captar novos membros e reter membros antigos são preocupações das associações atuais que vêm as suas estruturas envelhecer progressivamente, levando, vezes de mais, ao seu afastamento da cultura e interesses dos mais jovens.

Consciencializados desta realidade e da necessidade de preservar e reforçar estas instituições, tão cruciais da nossa comunidade, é nossa convicção que deve esta Junta de Freguesia prestar especial atenção a este problema e contribuir positivamente para o reforço da qualificação, do dinamismo e da sustentabilidade destas mesmas instituições. Instituições estas que complementam, e tantas vezes subsituem, as funções do Estado Social que consagramos na nossa Constituição e que, como sociais-democratas que somos, não dispensamos nunca.

Assim, propomos a criação de um Observatório para estas Associações e Coletividades, capaz de as acompanhar, sistematicamente, dotando-as de recursos para assumirem novas ambições e adequarem as suas missões às novas realidades.

Tal Observatório será responsável por cinco funções estruturantes:

1. Potenciar o contacto destas organizações junto de escolas, empresas e outras entidades, promovendo as suas atividades e fomentando a participação dos mais jovens;
2. Divulgar os projetos e iniciativas junto dos vários meios de comunicação social;
3. Criar Fóruns de Encontro entre as várias coletividades permitindo a cooptação de membros e o desenvolvimento de projetos conjuntos;
4. Qualificar os corpos dirigentes, e outros, através da promoção de ações de formação;
5. Prestar o apoio técnico e financeiro para a prospeção de oportunidades e desenvolvimento de candidaturas.

Acreditamos que este desígnio implicará que as Associações e Coletividades se orientem em torno de projetos, um pouco diferente do que tem acontecido até agora.

Portanto, propomos que o Regulamento de Atribuição de Incentivos e Subsídios seja orientado, progressivamente, numa ótica de financiamento de projetos através da submissão dos planos de ação das instituições, calendarizados e orçamentados, e, deste modo, justificando o seu valor social – com métricas quantificáveis – e as necessidades de financiamento público.

Da mesma forma, propomos que este Observatório realize, anualmente, uma avaliação *ex post*, confrontando os resultados esperados com os obtidos, indicando boas práticas e identificando aquelas com efeitos de menor valor.

Sabemos que não podemos fazer tudo amanhã. Que os recursos não abundam e só quem os merece deverá com eles contar. Poderá ser uma visão de futuro! Mas os instrumentos e esta concreta proposta de ação política é presente. É realista e exequível.

Dúvidas não temos que, desta forma, honramos os eleitores que confiaram em nós e assim estamos a contribuir para o enriquecimento da nossa União de Freguesias.

O membro do Partido Social Democrata,

João Telmo Espinhaço

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e respectivos Secretários

Exmo. Sr. Presidente do Executivo e Restantes Membros

Colegas Deputados, Caras (os) Fregueses e restante público

## **Voto de de Pesar a António Manuel Arnaut**

António Manuel Arnaut, filho do conhecido por “pai do Serviço Nacional de Saúde” António Duarte Arnaut, faleceu precocemente a 2019-04-03.

Profissional de advocacia, António Manuel Arnaut, fez da defesa do Serviço Nacional de Saúde uma prioridade da sua vida, com a convicção de que este serviço não deve ser um complemento à iniciativa privada na área da saúde, pois tinha a firme certeza de que o benefício daí resultante serviria a todos.

Interventivo na vida cívica e política, com a frontalidade que o caracterizava, fez caminho empenhando-se na luta pela democracia e liberdade, condições fundamentais para a vida das sociedades, com transparência, tolerância e amabilidade.

Por tudo isto, hoje, a bancada do Partido Socialista, reunida nesta Assembleia de Freguesia de Mafamude/Vilar do Paraíso, pede um voto de pesar para António Manuel Arnaut.

*Luciana Reis*  
Luciana Reis

***(P'la bancada do P.S. Mafamude/Vilar do Paraíso)***

Vila Nova de Gaia, 05 de Abril de 2019

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e respectivos Secretários

Exmo. Sr. Presidente do Executivo e restantes Membros

Colegas Deputados, Caras (os) Fregueses e restante Público

### Moção de Congratulação

A impossibilidade de conjugar as férias profissionais dos pais com as férias dos filhos, porque as daqueles são em menor número de dias, e, raramente coincidentes com as destes, acarretam na Páscoa, no Natal e no Verão, um problema familiar. Onde e a quem confiar os filhos, é a dificuldade, com que muitos dos pais se deparam nos períodos de férias.

A Junta de Freguesia de Mafamude/Vilar do Paraíso, atenta às preocupações dos fregueses, e na sua função de melhor os servir, com boa gestão dos recursos disponíveis, criou mais um serviço, ao dispor da freguesia e não só - a Colónia de Férias Juvenil - com a função de guardar e educar de forma lúdica, no tempo de férias, as crianças e os jovens do 5º ao 9º ano de escolaridade.

O serviço disponibilizado por esta Junta de Freguesia, prestado em tempos de pausa escolar, tranquiliza os pais, pois sabem que os filhos irão ter o necessário tempo de lazer, a par da aprendizagem dos bons valores a respeitar em sociedade.

Esta é a resposta a mais uma necessidade da freguesia, sendo que a solução encontrada, contribui para a tomada de conhecimento de como viver com os outros, fundamental na educação das crianças e jovens envolvidos, consolidando, assim, as gerações futuras nos valores da paz, da tolerância, do auxílio, da saudável competição e da comiseração.

Perante o explicitado, a bancada do Partido Socialista da Junta de Freguesia de Mafamude/Vilar do Paraíso, hoje reunida em Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, propõe que a congratulação apresentada seja aprovada.

P'la bancada do P.S. de Mafamude/Vilar do Paraíso

*Luciana Reis*  
Luciana Reis

Vila Nova de Gaia, 05 de Abril de 2019

## VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELO INVESTIMENTO NAS POLÍTICAS DE TRANSPORTES E MOBILIDADE

O primeiro mandato autárquico do projeto político Dedicados a Gaia foi marcado por um contexto muito difícil, de onde se destacavam condicionantes como o endividamento municipal excessivo, a ausência de apoios do quadro comunitário e o período de crise que assolou o país, com graves consequências financeiras, económicas e sociais.

Neste cenário, as prioridades assumidas para o período 2013-2017 foram o equilíbrio das finanças municipais (conciliado com a redução dos impostos municipais, taxas e tarifas), o reforço do investimento na ação social e na educação e a definição de um modelo de investimento inteligente e sustentável.

Ao fim de 4 anos, com as contas no verde, com o bom nome da autarquia recuperado e com uma gestão moderna e sustentável, o Partido Socialista de Vila Nova de Gaia olhou para o mandato 2017-2021 com a vontade de assumir novos desafios, com ambição, rigor e muito trabalho.

- Atentos à problemática da mobilidade e à existência de um conjunto de dificuldades de circulação em algumas das regiões concelhias, na Agenda de Desenvolvimento Sustentável de Vila Nova de Gaia, que constituiu o compromisso eleitoral do Partido Socialista com os cidadãos gaienses, assumimos a necessidade de dar uma atenção muito especial à mobilidade, “conscientes que a parte mais significativa da solução para os problemas de mobilidade dos Gaienses, passa, em primeira linha, pelo desenvolvimento de uma eficiente rede de transportes públicos.”
- É, por isso, com um sentimento de grande satisfação e orgulho que olhamos para as mais recentes políticas de transportes e mobilidade e para os investimentos que têm sido realizados nesta

área, com um impacto bastante significativo para Vila Nova de Gaia e, concretamente, Mafamude e Vilar do Paraíso.

Logo à partida, realçar a aprovação do novo zonamento Andante, passando a abranger todos os 17 concelhos que compõe a AMP com 69 novas zonas, e que constitui um instrumento importante de gestão do território, não só para o concurso público de concessão dos transportes rodoviários na região, que deverá ser lançado em breve, como também para a implementação do passe único.

A entrada em vigor do modelo de Passe Único na Área Metropolitana do Porto, no passado dia 1 de Abril, ficará para a história como uma das mais importantes políticas públicas alguma vez concretizadas no nosso país, revolucionando a forma como nos relacionamos com os espaços urbanos e como nos deslocamos no território.

A simplificação tarifária nos títulos mensais no âmbito do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos com um passe de 30 euros para andar dentro do concelho de residência ou viajar até um concelho vizinho que esteja a uma distância máxima de três zonas; e um passe de 40 euros para viajar entre qualquer ponto da área metropolitana, em qualquer um dos modos de transporte aderentes, será um incentivo muito importante para atrair utentes para os serviços de transportes públicos, reduzir o recurso ao transporte individual, melhorar a mobilidade no território e contribuir para a descarbonização das nossas cidades.

Representa também uma diminuição muito importante nos encargos dos portugueses. Para muitas famílias, esta medida poderá ter um impacto no orçamento familiar superior ao aumento de quatro anos do salário mínimo e isso ajuda a explicar

que no dia 2 de Abril já fosse possível registar 30 mil novos utilizadores na rede Andante.

Mas a grande virtude das estratégias de mobilidade que têm sido implementadas no nosso território é conseguir aliar este esforço de atrair utilizadores para os transportes coletivos com a melhoria das infraestruturas e da rede de transportes públicos.

Hoje mesmo foram lançados os concursos públicos para a construção das linhas Rosa, que ligará os Aliados e a Casa da Música, no Porto, e o prolongamento da linha Amarela, de Santo Ovídio até Vila d'Este, com uma importante extensão da rede de metro na nossa freguesia e as novas estações de Manuel Leão e do Hospital Santos Silva.

Em paralelo, a Metro do Porto já anunciou também a realização de estudo técnicos para uma nova ligação entre a Casa da Música e as Devesas (via Campo Alegre) com nova travessia dedicada pelo rio Douro.

Mas não estamos perante apenas novas linhas ou uma expansão de metro. Estamos perante uma estratégia muito mais consolidada e um novo modelo de desenvolvimento, que inclui o processo já em curso para a aquisição de 18 novas composições para o metro do Porto e 22 composições para a CP.

Que inclui também a criação de corredores Metro-Bus, um modelo operado com autocarros elétricos em vias dedicadas, que têm prioridade sobre os outros veículos sempre que houver cruzamentos e que acionam os semáforos, tal e qual acontece com o metro de superfície, estando já previstas ligações da Estrada Nacional 222, Carvalhos e Grijó à rede do Metro.

Destaque também para a renovação da linha ferroviária no troço Ovar-Gaia, com a recente atribuição de 119 milhões de euros pela Comissão Europeia que se destina a criar maior conforto e segurança nesta via.

A modernização do troço Ovar-Gaia, na linha férrea do Norte, contribuirá para o fortalecimento da competitividade do setor ferroviário aos níveis regional e nacional. Tornará também este meio de transporte mais atrativo, promovendo assim a mobilidade limpa no país. Uma vez operacional, este projeto contribuirá para melhorar a segurança e o conforto dos passageiros, a bordo e nas estações, e para reduzir o ruído.

O concurso público para reabilitação do troço Espinho - Vila Nova de Gaia já está em andamento e envolve a renovação integral da superestrutura da via; a eliminação de todas as passagens de nível rodoviárias e pedonais; o alteamento e alargamento de plataformas de acesso de estações e apeadeiros; a criação de duas vias de resguardo eletrificadas, com 750 metros, para aumento da capacidade da via no transporte de mercadorias; e a alteração do 'layout' das estações de Granja e Vila Nova de Gaia.

Isto depois da intervenção já realizada na estação General Torres, num investimento de 480 mil euros cofinanciado por IP, Câmara de Gaia e Metro do Porto, dedicada à melhoria de acessos e a criação de intermodalidade com o metro e outros transportes públicos.

Sabendo que o futuro da mobilidade passa inevitavelmente pela melhoria e aumento da rede de transportes públicos, não podemos ignorar que o recurso ao transporte individual continua a ter um peso muito grande na mobilidade dos cidadãos gaienses.

Não esquecendo essa modalidade de transporte, a Câmara de Gaia anunciou muito recentemente um acordo-quadro no total de cinco milhões de euros para obras de melhoria e requalificação da rede viária do concelho. Este esforço financeiro vem complementar os dez milhões já aplicados em obras na rede viária ao longo dos últimos anos com o objetivo de garantir melhor qualidade de vida às pessoas no seu dia-a-dia.

No que diz respeito à mobilidade suave e sustentável, procurando promover o recurso a estas modalidades de transporte, o município de Gaia aprovará em Maio deste ano um regulamento onde estará previsto o acesso às faixas BUS já existentes e às novas faixas dedicadas a velocípedes e veículos elétricos.

Caras e caros Mafamudenses e Vilarenses,

Assumimos os desafios da mobilidade como uma prioridade e trabalhámos de forma muito dedicada para lançar as bases de um novo paradigma. As estratégias e os investimentos aqui enunciados dão início a uma nova etapa na forma como todos nós nos deslocamos pelo território.

Com uma rede de transportes públicos com mais oferta, melhor qualidade e acesso facilitado poderemos alcançar coisas muito importantes para a nossa sociedade - garantir um futuro mais sustentável do ponto de vista ambiental; facilitar a mobilidade nos espaços urbanos e libertar as cidades da pressão automóvel; e contribuir para a sustentabilidade financeira das famílias.

Há pouco mais de um ano atrás, poucos acreditariam que tudo isto seria possível num tão curto espaço de tempo. Hoje, enquanto uns reclamam a paternidade de medidas como o Passe Único, outros dedicam-se a tentar encontrar pequenas falhas nestas estratégias de futuro.

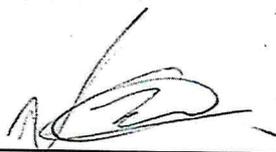
Estando certos que a implementação de políticas como o Passe Único só foi possível com o envolvimento e a dedicação de muita gente, de todos os quadrantes políticos, não podemos deixar de salientar a marca e a identidade do Partido Socialista que é transversal a todos estes processos.

Se hoje podemos olhar de uma forma muito positiva para o futuro da mobilidade e dos transportes, foi porque encontramos na Junta de Freguesia, na Câmara Municipal, nas Áreas Metropolitanas e

no Governo lideranças socialistas que souberam estar à altura do desafio e da responsabilidade.

Assim, reunida em sessão ordinária de 5 de Abril de 2019, a Assembleia de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso delibera aprovar um voto de congratulação pelo investimento nas políticas de transportes e mobilidade que tem sido implementado pelo Governo, Área Metropolitana do Porto e Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia com repercussão no nosso território.

Pelo Grupo do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso



---

(Nuno Cardoso)

\* A ser aprovado, este voto deverá ser enviado à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Conselho Metropolitano do Porto da AMP e Governo.

## Voto de pesar

### Pelo falecimento de João Vasconcelos

Faleceu no passado dia 25 de março, em Lisboa, aos 43 anos, João Pedro do Rego dos Santos Vasconcelos.

Natural de Leiria e empresário desde os 18 anos nos sectores do Turismo e Serviços, notabilizou-se desde cedo pela participação cívica. Membro do Secretariado Nacional da Juventude Socialista entre 1995 e 2000, depois membro da Comissão Política Nacional do Partido Socialista, marcou sempre a sua atividade partidária por uma contagiante disponibilidade e camaradagem.

Foi um dos grandes impulsionadores do associativismo juvenil tendo ocupado a Vice-presidência da Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE) entre 1999 e 2005. Nessas funções assumia a particularidade de nunca se quedar no incentivo à inovação e à internacionalização, traços que estavam sempre presentes na sua atividade empresarial.

Em 2011 foi nomeado para a presidência da Startup Lisboa, então criada, e transformou-a numa referência na gestão de ideias e projetos e no lançamento de iniciativas empresariais. Durante este período, foi também Responsável pelo LIDE Empreendedorismo e dirigiu a TIE Global Portugal da Associação Mundial de Empreendedores.

Como homem de causas, em 2015 organizou a caravana Aylan Kurdi, movimento de apoio aos refugiados sírios que chegavam ao leste da Europa, que juntou três camiões carregados com dezenas toneladas de roupa, comida, medicamentos e brinquedos para milhares de famílias e em 2018 organizou e coordenou um conjunto de ações de voluntariado de limpeza de praias.

Em 2015 tomou posse como Secretário de Estado da Indústria do XXI Governo Constitucional, ficando para sempre ligado à promoção da iniciativa empresarial e da economia digital em Portugal. Nessas funções, seguindo os contactos que já vinham da Startup Lisboa, teve um papel decisivo para que Portugal fosse o país escolhido para a realização de sucessivas edições da Web Summit.

Tinha a convicção de que Portugal podia ser o melhor país do mundo para criar um negócio, e a vontade de contribuir para essa ambição. Nos seus tempos da Startup Lisboa, designava a sua função como “chief happiness officer”. Todos os que com ele privaram ou contactaram sabem que merecia esse título.

Era júri do Prémio de Empreendedorismo e Inovação H2O Inovação promovido pela empresa municipal Águas de Gaia.

A sua morte faz o país mais pobre e deixará saudades, porque nos deixa um coração enorme de generosidade e alegria de viver, porque nos separamos de alguém que faz